



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**LUCAS WANDERSON SILVA BEZERRA**

**A MIGRAÇÃO DE JOVENS DO CAMPO**

**MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)**

**2021**

LUCAS WANDERSON SILVA BEZERRA

A MIGRAÇÃO DE JOVENS DO CAMPO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Helena Cariaga.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

B574m Bezerra, Lucas Wanderson Silva.

A migração de jovens do campo. / Lucas Wanderson Silva Bezerra. –  
Miracema, TO, 2021.

65 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2021.

Orientadora : Maria Helena Cariaga

1. Assentamento. 2. Envelhecimento. 3. Políticas públicas. 4. Migração. I.  
Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer  
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.  
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184  
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

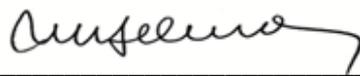
LUCAS WANDERSON SILVA BEZERRA

A MIGRAÇÃO DE JOVENS DO CAMPO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 11/08/2021

Banca Examinadora



---

Professora Dra. Maria Helena Cariaga – Orientadora – UFT



Profa Dra. Vanda Micheli Burginski - Examinadora da UFT



Prof. Ms. Messias Vieira Barbosa- Examinador externo

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a quem devo minha vida.

A minha mamãe titia, Teresinha de Alencar Bezerra (em memória) pelo apoio, dedicação e incentivo para comigo, meu sincero agradecimento e imensa gratidão.

A meu tio e pai Eulálio Manoel Bezerra e aos meus irmãos Muriel Santos e Murillo de Alencar Bezerra, obrigado por todo apoio, aos conselhos e pelo incentivo nesse processo.

A minha família pelo grande incentivo e apoio para que pudesse prosseguir nessa jornada.

Aos amigos conquistados na UFT, em especial, Bruno Werick, Bianca Pereira, Eliana Matos, Ana Marta, Kerzia Patrícia, Lizi, Francisca, Vanessa Oliveira, Euda Neres. Obrigado pela convivência, aprendizado que tive ao lado de vocês e que estiveram nos momentos felizes e também nos mais difíceis.

Agradeço a todos e todas docentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins que contribuíram e fomentaram para a melhor qualidade na minha formação acadêmica, em especial: Maria Helena, Vanda Micheli, Raí Vieira, Célia Albiero, entre outros, muito obrigado.

Ao Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Estado, Política Social e Serviço Social (GEPOSS), pela contribuição na minha formação, onde culminou na temática estudada.

A todos e todas trabalhadores e trabalhadoras do Assentamento Paulo Freire II em Rio dos Bois - TO, por me receberem em suas casas com muita hospitalidade.

A minha Orientadora Prof.<sup>a</sup> Maria Helena Cariaga Silva, pela paciência e dedicação durante o desenvolvimento desse trabalho, meus sinceros agradecimentos.

A banca avaliadora, minha gratidão e respeito.

E a todos e todas que colaboraram direto e indiretamente nessa longa jornada. Obrigado!

“Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros.”

Che Guevara

## RESUMO

O presente trabalho é uma sistematização sobre as vivências e experiências na pesquisa de campo realizada no assentamento Paulo Freire II em Rios dos Bois - TO, por meio de aproximações sucessivas à realidade para conhecer e compreender o fluxo migratório dos jovens do meio rural para o meio urbano, a organização, as condições socioeconômicas e as transformações societárias dentro do assentamento. Tendo em vista essas condições, fizemos uma análise do perfil e da condição socioeconômica dos assentados para a compreensão do movimento de migração dos jovens no local e as políticas públicas presentes no assentamento. O processo de migração rural, por sua vez, se coloca como uma resposta às dificuldades de existência material para as famílias no campo; em contrapartida, observa-se o esvaziamento do meio rural, o aumento da pobreza nas cidades e, conseqüentemente, gerando na vida dessas pessoas uma rejeição no mercado de trabalho. Na pesquisa identificamos as motivações que levam os jovens assentados a migrarem para cidade e as razões do envelhecimento dos moradores do campo. Os resultados encontrados no assentamento Paulo Freire II, mostraram-se promissores. Dos entrevistados, residentes no assentamento, 59,4 % são homens e apenas 6,4% são jovens com idade entre 23 e 27 anos. As informações colhidas no local também indicaram que são poucos os moradores que vieram do acampamento da BR-153 e que participaram do movimento, correspondendo àquelas famílias que lutaram para que o assentamento fosse constituído.

**Palavras chave:** Assentamento. Envelhecimento. Políticas públicas. Migração.

## ABSTRAT

The present work is a systematization of the experiences and experiences in the field research carried out in the Paulo Freire II settlement in Rios dos Bois - TO, through successive approaches to reality in order to know and understand the migratory flow of young people from rural areas to the environment urban, organization, socioeconomic conditions and societal transformations within the settlement. In view of these conditions, we analyzed the profile and socioeconomic status of the settlers in order to understand the local youth migration movement, and the public policies present in the settlement. The rural migration process, in turn, stands as a response to the difficulties of material existence for families in the countryside; on the other hand, there is an emptying of the rural environment, the increase of poverty in cities and, consequently, generating in life of these people a rejection of these immigrants in the labor market. In the research, we identified the motivations that lead young settlers to migrate to the city and the reasons for the aging of rural dwellers. The results found in the settlement Paulo Freire II, showed to be promising. The interviewees, these residents in the settlement 59.4% are men, only 6.4% are young people aged between 23 and 27 years old. This information gathered on the spot also indicated that few residents who came from the BR-153 encampment participated in the movement, those families who fought for the settlement to be constituted.

**Keywords:** Settlement. Aging. Public policies. Migration.

## LISTA DE SIGLAS

CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GEPSI	Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Social Intersetorialidade e Interdisciplinaridade
GEPOSS	Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Estado, Política Social e Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento Sem Terra
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organizações das Nações Unidas
PNRA	Política Nacional da Reforma Agrária
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEAGRO	Secretária da Agricultura, Pecuária e Aquicultura
UNB	Universidade de Brasília
UFT	Universidade Federal do Tocantins

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 A FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DO BRASIL E A QUESTÃO AGRÁRIA.....</b>	<b>14</b>
2.1 A categorização da reforma agrária: uma análise.....	17
2.2 A questão agrária no Tocantins.....	27
<b>3 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A MIGRAÇÃO DO CAMPO.....</b>	<b>31</b>
3.1 A questão agrária e a migração rural.....	33
3.2 Juventude e migração.....	37
3.3 O fluxo migratório do meio rural e as consequências para o envelhecimento no campo.....	40
<b>4 UMA PESQUISA DE CAMPO: ASSENTAMENTO PAULO FREIRE II.....</b>	<b>45</b>
4.1 Reconhecendo o território.....	45
4.2 O movimento da pesquisa para a realidade.....	48
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo refletir sobre as causalidades que impulsionam a migração de jovens do assentamento Paulo Freire II para a cidade e compreender a relação entre o fluxo migratório de jovens e o processo de envelhecimento dos/as moradores do assentamento Paulo Freire II em Rio dos Bois – TO e, assim, identificar como a juventude do assentamento Paulo Freire II acessa as políticas públicas do município.

Nesse processo há de se destacar a realização da pesquisa de campo, que ocorreria nos assentamentos Paulo Freire I e Paulo Freire II; entretanto, devido à pandemia do novo corona vírus que assola o Brasil, que matou mais de 500 mil pessoas, tornou-se, de certa maneira, impossível realizar as atividades em loco, pois era necessário seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A pesquisa de campo foi um instrumental importante para a conclusão deste trabalho; neste sentido, segundo Frigotto, (2014, p. 126), no plano da dialética materialista histórica, o ponto de partida do processo de conhecimento científico sempre é o plano empírico em sua particularidade. Mas é o processo de conhecimento que nos dá a cientificidade e que, ao longo desse desenvolvimento, permite apreender o saber e superar a visão do senso comum. (FRIGOTTO, 2014, p. 126).

Teve como objetivo: refletir as causas que impulsionam a migração de jovens do assentamento Paulo Freire II para a cidade e compreender a relação entre o fluxo migratório de jovens e o processo de envelhecimento dos/as moradores do assentamento Paulo Freire II em Rio dos Bois - TO; identificar como a juventude do assentamento Paulo Freire II acessa as políticas públicas do município.

Com a participação em um projeto de extensão intitulado “Assessoria em Serviço Social aos movimentos sociais: contribuições para a participação da sociedade nas transformações societárias”, com ações extensionistas junto às famílias do assentamento Paulo Freire II, pude identificar, nesse percurso, a necessidade de se estudar a migração de jovens do campo para a cidade, já que o campo está envelhecendo.

Assim, o interesse pela escolha do tema de Trabalho de Conclusão de Curso foi a partir da identificação com minha história de vida. A maior parte de minha família é do campo, pois senti na pele a dificuldade deste ambiente tais como: trabalho braçal, escassez de água, dificuldades de cultivos e criações de animais, dificuldades com o ensino e o seu acesso, como também, pouca oportunidade de lazer e cultura. Quando criança, meu ambiente era um lugar de liberdade e eu gostava muito mas, com o passar do tempo e a chegada de minha

adolescência, pude perceber que não era um lugar de perspectiva para melhores condições de vida. E deixei o campo para morar na cidade em busca de trabalho para conseguir sobreviver, objetivar-se. Devido ao ritmo do trabalho intenso, atrasei os meus estudos e, após alguns anos, iniciei minha trajetória acadêmica em uma instituição de ensino superior.

Na minha pequena trajetória acadêmica e na inserção no curso de Serviço Social tive a oportunidade de me aproximar de teorias que subsidiam as análises e reflexões sobre categorias como o trabalho, família, Estado, políticas públicas e sociais, sobretudo as manifestações e expressões da questão social que permeiam as relações sociais do indivíduo em sociedade, tanto no campo quanto na cidade.

A participação no Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Social, Intersetorialidade, Interdisciplinaridade (GEPSI/UFT) e hoje intitulado Grupo de estudos, pesquisa e extensão sobre Estado, Política Social e Serviço Social (GEPOSS) as atividades de extensão vieram ao encontro da temática a ser estudada, que é a migração de jovens do campo para a cidade.

Segundo Barbosa (2016, p. 45) os assentamentos Paulo Freire I e II estão localizados no município de Rio dos Bois - TO é o resultado de uma luta de famílias e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O movimento começou com o acampamento às margens da BR - 153, entre os Municípios de Miranorte e Rio dos Bois - TO, tendo início por volta dos anos 2000 e a ocupação das parcelas de terra entre 2002 a 2015. Barbosa (2016, p. 45) destaca que o assentamento das famílias começou por volta de novembro de 2002; foram assentadas um total de 152 famílias em parcelas de terreno.

Segundo o levantamento realizado, a maior parte das famílias são provenientes dos Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Goiás e Tocantins, sendo o Tocantins com o maior número de famílias, principalmente dos municípios de Miracema, de Miranorte, Rio dos Bois, Guaraí e Paraíso do Tocantins.

A importância do estudo está em conhecer dados específicos, quais famílias residem, particularidades do assentamento, fomentar o desenvolvimento por meio da pesquisa, que é importante para a comunidade no acesso de informações que possam subsidiar suas associações no processo de busca de melhorias do assentamento.

Diante dessa realidade surgiu meu interesse em analisar esse assentamento, em especial o processo migratório dos jovens, o envelhecimento no campo e as políticas públicas acessadas pela comunidade e buscar compreender a questão agrária e a juventude no campo, suas trajetórias, desafios, adversidades na comunidade e suas perspectivas para o futuro.

A migração de jovens do campo e, particularmente, na realidade do assentamento Paulo Freire II, está aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa e é um subprojeto do projeto de extensão “Assessoria em Serviço Social aos movimentos sociais: contribuições para a participação da sociedade nas transformações societárias” com o objetivo de aprofundar em temáticas específicas sobre a questão social no meio rural, através da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Nessa direção nossa análise buscou realizar as aproximações por meio das leituras e debates sobre formação social e econômica do Brasil, considerando os autores clássicos como, Prado Jr, Florestan Fernandes, Ianni, além de estudos e pesquisas sobre a temática das transformações societárias e suas refrações na vida no campo brasileiro, no que tange à migração de jovens do campo para a cidade.

Assim, o método de interpretação e análise na presente investigação é o materialismo histórico dialético de Karl Marx, que nos possibilita aproximações sucessivas à realidade, agarrado às particularidades internas e, portanto, pretende ter uma percepção de totalidade da realidade social estudada.

O presente trabalho tem como método a pesquisa qualitativa pois, segundo Minayo (1994, p. 15), ela é baseada por vias teóricas e por métodos dos quais têm maiores aproximações sobre a realidade. Vale ressaltar que o objeto de pesquisa das ciências sociais é de caráter qualitativo, sendo que, por via de teorias e métodos, há aproximações da realidade, respondendo a questões mais intrínsecas:

[...] é necessário afirmar que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de a conter. As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações. (MINAYO, 1993, p. 15).

Os dados foram obtidos por meio do estudo socioeconômico realizado apenas no assentamento Paulo Freire II. Sobre o estudo socioeconômico é necessário informar que se tratou de uma demanda do próprio Movimento Sem Terra (MST) do estado do Tocantins para o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), localizado no campus de Miracema. A nossa compreensão visa sobre o estudo socioeconômico, como um saber fundamental produzido para as populações camponesas. Pois, conhecendo melhor a realidade,

pode-se instrumentalizar para promover suas intencionalidades políticas, em consonância com leituras e reflexões sobre a temática da reforma agrária e da política social.

O instrumental aplicado foi elaborado de forma interdisciplinar, envolvendo profissionais do Serviço Social e estudantes de graduação e integrantes do MST, a fim de identificar elementos da realidade vivenciada pelas famílias assentadas que se encontram abandonadas à própria sorte, suscetíveis à fome, à miséria, à falta de educação, saúde e condições de vida dignas.

Pois, a questão social também se refere às experiências concretas nos movimentos sociais, enquanto processo de organização da cultura (ABREU, 2002, p. 22), que permite ao profissional problematizar a questão social a partir do enfrentamento e das formas de lutas forjadas pelos sujeitos, as tensões, os conflitos e os processos de negociação em seu interior. Também contribuem para desmistificar procedimentos clássicos de intervenção acionados pelos mecanismos estatais (repressivos, estigmatizadores, fiscalizatórios) e as contradições existentes entre o funcionamento das políticas sociais e os conflitos estabelecidos pelas classes sociais, que são objetivo da ação pública e estatal. (MARRO, 2014, p. 10).

No capítulo “a formação sócio histórica do Brasil e a questão agrária”, busca-se trazer um apanhado histórico acerca da luta do povo do campo, no que tange à garantia de direitos dos trabalhadores rurais, um breve histórico da questão agrária no Tocantins. o processo de luta pela terra e uma análise da categorização da reforma agrária no Brasil no período pós Constituição Federal de 1988.

No segundo capítulo traçou-se uma reflexão sobre a juventude contemporânea e as causas que impulsionam os jovens do meio rural a migrarem para a cidade, os processos históricos da questão agrária que impulsionaram os jovens a buscarem o meio urbano e suas consequências para o envelhecimento dos moradores do campo.

E, por fim, debruçamos sobre a pesquisa no Assentamento Paulo Freire II, localizado no município de Rios dos Bois, no estado do Tocantins. Dessa forma, o instrumental (anexo) ora aplicado, foi importante e necessário como uma primeira aproximação ao universo da pesquisa, à medida que contém perguntas abertas acerca das condições socioeconômicas das famílias, acesso às políticas sociais e suas trajetórias sociais e políticas, de forma que podemos identificar vários aspectos trazidos pela juventude.

## 2 A FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DO BRASIL E A QUESTÃO AGRÁRIA

A questão agrária perpassa toda a formação sócio histórica do Brasil, na maioria das vezes, sob a forma de conflitos intensos no meio rural, culminando com a eliminação de sujeitos pertencentes aos movimentos sociais que, historicamente, reivindicavam a reforma agrária. Conforme a interpretação do pensamento social brasileiro (FERNANDES, 1974; IANNI, 2004; PRADO JR., 1978) é possível indicar que o Brasil passou por uma transformação capitalista pela “via não clássica<sup>1</sup>”, ou seja, um processo de forma vertical, onde no meio rural permaneceram as grandes extensões de terra transformadas em propriedades latifundiárias numa espécie de empresa agrária capitalista. (COUTINHO, 2011, p. 150).

Manteve as bases econômicas da superexploração e coerção dos trabalhadores do campo e também da cidade, à medida que a superexploração no campo e o constante êxodo funcionaram para produzir um exército industrial de reserva, elemento dosador do preço dos salários.

Segundo Prado Jr. (1978, p. 50), o Brasil é um país dependente que se desenvolve por “via não clássica”, onde predomina a concentração da propriedade fundiária na formação social e econômica do país, como parte integrante da expansão e dominação europeia. Pois, desde o início, participou como fornecedor de matérias-primas para o abastecimento do comércio nos países europeus. A manutenção do sistema agrário baseado no latifúndio (a grande extensão de terra) e com a expulsão gradativa dos camponeses do campo fez com que surgisse e aumentasse um grande exército industrial de reserva no campo e na cidade, estratégias do próprio capital para garantir mão de obra barata e continuar abastecendo o mercado mundial.

Para Fernandes (2006, p. 300), o Brasil, ao contrário de outros países, consolidou uma transformação de poder entre a oligarquia e a burguesia pela associação e concretização dos interesses dessas duas classes, mantendo uma dominação conservadora de tal forma que impediu a participação da população nas decisões e ações do Estado.

---

<sup>1</sup> Coutinho (2011, p. 205-206), ao se referir ao problema da transição e das diferentes formas de formação social, observou que Lênin, com base em Marx considerou a “via Clássica” como aquela ocorrida nos estados europeus; assim, a transição clássica significou a transformação democratizante da estrutura agrária, no momento em que a antiga propriedade pré-capitalista é destruída e depois distribuída em pequenas parcelas para a exploração camponesa em geral. Vigorou no Brasil a “via não clássica” onde, no meio rural, permaneceram as grandes extensões de terra, transformadas em propriedades latifundiárias, numa espécie de empresa agrária capitalista, mantendo, com isso, as bases econômicas da exploração e coerção dos trabalhadores.

A revolução burguesa à brasileira combina transformação capitalista e dominação burguesa. Todavia, essa combinação se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem qualquer probabilidade de repetição histórica ou de desenvolvimento automático dos pré-requisitos do referido modelo democrático-burguês. Na particularidade brasileira, o que se concretizou foi uma forte dissociação pragmática entre o desenvolvimento capitalista e democracia. Ao invés de utilizar o termo “democracia burguesa”, Fernandes prefere o termo autocracia burguesa. Essa autocracia considera que tudo o que é bom para o desenvolvimento capitalista não deve concretamente alterar valores e comportamentos concretos que mantiveram o poder das elites. (FERNANDES, 2006, p. 340).

O golpe civil-militar de 1964 foi uma forma de manter a burguesia no poder, cuja principal finalidade não era uma revolução nacional, muito menos aprofundar a democracia e a justiça social; ao contrário, o seu maior objetivo era garantir à burguesia as condições políticas necessárias e capazes de derrotar quaisquer movimentos e forças sociais contrárias ao modelo de dependência econômica. Dessa forma, só assim garantiria o estreitamento entre os interesses do capital nacional e internacional, aprofundando a acumulação do capital (FERNANDES, 2006, p. 320). A burguesia conseguiu, assim, condições mais vantajosas para estabelecer uma associação mais íntima com o capital financeiro internacional, para reprimir qualquer desordem e transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês. Segundo Ianni (2004, p. 177), no Brasil:

A luta pela terra, [...] vem de longe. E agrava-se em certas épocas. Há frequentes surtos mais ou menos intensos de pendências e conflitos. Provavelmente têm relação com o surto de expansão do capital no campo. A entrada do país na industrialização acelerada, com acentuada participação do poder estatal, parece ter inaugurado outra onda de pendências e conflitos. (IANNI, 2004, p. 177).

Conforme os estudos e pesquisas, a luta pela reforma agrária no Brasil é anterior à nossa Constituição Federal de 1988, com a intensificação do aprofundamento da questão social a partir dos anos 1950 por meio do processo de industrialização e urbanização do país (no qual dividiu o foco da economia, antes só agrícola, passa a ter também os insumos industriais e de bens e serviços). Somente a partir disso que se começa a debater junto à sociedade a questão de concentração das terras no Brasil.

Em 1964, o golpe civil-militar, também chamado de contrarrevolução preventiva (FERNANDES, 2006) e ditadura do grande capital (IANNI, 2004), “significou a derrota de uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão das linhas de força que historicamente marcaram a formação brasileira” (NETTO,

2012, p. 77). Cabe lembrar que o golpe militar de 1º de abril de 1964 foi uma reação burguesa industrial e agrária articulada aos interesses imperialistas contra as reformas de base do governo Jango em 1963 que, dentre elas, previa também a realização da reforma agrária.

Apesar do contexto de golpe civil-militar, alguns autores consideram o Estatuto da Terra algo importante, porque legitima a luta pela terra no Brasil, conforme determina o Artigo 2º do Estatuto da Terra, que registra: “É assegurado a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei”. Segundo Portela e Fernandes (1998, p. 10), este “avanço” que houve em 1964 (estatuto da terra) está relacionado diretamente com as históricas ações de repressões e massacres contra os camponeses no Brasil. Sobre este aspecto é possível identificar que

Com o advento do regime militar em 1964 essas organizações populares foram intensamente reprimidas, e muitos líderes camponeses foram presos, torturados ou exilados. Como consequência, a luta pela reforma agrária declinou, embora a situação no campo continuasse sendo alvo de intensos protestos, dessa vez internacionais. Equipes de estudiosos da ONU (Organização das Nações Unidas) visitaram o país no período e constataram que era necessário melhorar a situação dos camponeses e realizar as reformas urgentes no campo. Essa atitude pode ser bem resumida por uma frase de John F. Kennedy, presidente dos EUA (1960-1963): ‘Aqueles que impossibilitam a reforma pacífica tornam a mudança violenta inevitável’. Ou seja, suas palavras querem dizer que é preferível fazer uma mudança ‘vinda de cima para baixo’, de forma controlada, a conservar uma situação tão explosiva que originar revoluções ‘vinda de baixo para cima’ populares e espontâneas, que iriam contra os interesses capitalistas. (PORTELA; FERNANDES, 1998, p. 12).

Somente nos anos 1980 é que o tema da reforma agrária ressurgiu com a efervescência da organização dos movimentos sociais no período de redemocratização no país, particularmente com a atuação do MST. No entanto, podemos acrescentar que não existe concordância entre os pesquisadores sobre a data de surgimento do MST. Mas, o que sabemos, é que está relacionada à repressão dos governos militares, que impuseram uma modernização conservadora no campo, com base no modelo agrário-exportador, em detrimento dos camponeses e pequenos produtores. (SANTOS, 2013, p. 72).

A mobilização pela pressão em torno da reforma agrária na Constituição Federal de 1988 teve um protagonismo destacado do MST, que conseguiu imprimir algumas premissas no texto constitucional; particularmente, no que se refere aos artigos 184 e 186 quando legitima que todo imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social deve ser desapropriado, competindo ao poder judiciário legitimar esta medida, para fins da reforma agrária e interesse social. (BRASIL, 1988, p. 52):

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor do valor real, resgatáveis no prazo de vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessários serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União propor a ação de desapropriação.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins da reforma.

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins da reforma agrária:

I – A pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II – A propriedade produtiva.

*Parágrafo único.* A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos a sua função social.

Art. 186. A função é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – Aproveitamento racional e adequado;

II – Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III -observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

(BRASIL, 1988, p. 52).

Porém, a elaboração de políticas voltadas para a reforma agrária se deu em meados da década 1990, particularmente no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em pleno avanço do neoliberalismo no Brasil. Nesse período, o governo cria a Política Nacional da Reforma Agrária (PNRA). A construção da PNRA teve como marco principal o avanço do neoliberalismo, contexto difícil para sua materialização, mesmo diante das manifestações do MST.

## 2.1 A categorização da reforma agrária: uma análise

A questão agrária é uma temática bastante discutida na atualidade brasileira, não apenas por teóricos, mas por toda a sociedade em geral e, particularmente, no âmbito acadêmico. Martins (2000, p. 80) discorre que, por mais que haja grandes estudos qualificados com embasamento científico, sério e objetivo, há também bastante gente mal informada, que não contribui para o conhecimento e resolução do problema e que executam um intenso desserviço aos trabalhadores rurais.

Essa espécie de baderna interpretativa tem prejudicado seriamente a ação dos protagonistas do drama agrário no país, tanto aqueles que, na sociedade civil, com razão histórica pedem profunda e ampla intervenção na questão agrária, quanto aqueles que, no governo, agem no sentido de concretizar tal intervenção. O panfletarismo se junta ao clima de comício que reduz o problema a simplificações que o desfiguram, que lhe retiram a complexidade e a gravidade e que, portanto, vão progressivamente tornando-o um tema banal. (MARTINS, 2000, p. 98).

Martins (2000, 87) pontua que a questão agrária não é monolítica e invariante, está presente em diversas sociedades, manifesta-se em circunstâncias históricas determinadas e faz parte do grupo de contradições, dilemas e tensões presentes na dinâmica social e política. Apesar de que possa fazer parte de questão política e partidária, existem diversas situações em que não se apresentam partidariamente. Esse conflito gerado historicamente sobre a posse e o uso da terra se apresenta de forma que os trabalhadores não veem a essência da questão no cotidiano, mas todos necessitam de um teto, um lugar para viver.

Barbosa (2016, p. 32) discorre que o problema referente à questão agrária, no Brasil, surgiu a partir de 1.500, com a chegada dos portugueses, com a apropriação de terra e a exploração dos recursos naturais por meio da escravização executada pelos portugueses. Inicialmente, a convivência dos europeus com os indígenas era considerada relativamente pacífica, segundo o autor; porém, quando os indígenas perceberam a tentativa de escravizá-los tomar suas terras e demolir suas principais maneiras de subsistência, começaram os primeiros conflitos.

Durante muito tempo no Brasil a questão agrária se expressou entre tensões religiosas, conflitos e embates do catolicismo popular e do catolicismo institucional cravado no aparelho de estado. “Um balanço apropriado do conflito fundiário nas últimas décadas nos revelaria que ele é apenas um subtema de conflito maior e mal definido entre o Estado oficialmente laico e a Igreja.” (MARTINS, 2000, p. 99).

[...] política da divisão territorial brasileira implantou uma estrutura de concentração de terra e também de poder. Neste sentido, observamos que o problema que afeta o camponês está associado ao modelo de organização fundiária criada exclusivamente para expropriá-lo. (BARBOSA, 2016, p. 25).

A questão agrária é a dificuldade de reprodução do capitalismo da propriedade de terra, evidente em diferentes modos, entre estes a redução da taxa média de lucro. O autor pontua que não é o caso do Brasil, “aqui, o grande capital se tornou proprietário de terra, especialmente com os incentivos fiscais durante a ditadura militar”. (MARTINS, 2000, p. 100).

No Brasil, a questão agrária existente parece distante do contexto histórico de sua resolução definitiva em decorrência da perda de oportunidades que a sociedade teve. Entretanto, têm-se uma questão agrária administrativa, na maior parte sob controle, não se mostrando comprometedor para seu exercício dos variados categorias do sistema econômico e político, apesar das reivindicações existentes para a reforma agrária. A questão agrária costuma aparecer como uma problemática social que não se refere a um problema estrutural.

A reivindicação da reforma agrária, do mesmo modo, nasceu nos anos cinquenta como reivindicação dos setores esclarecidos da classe média urbana, de setores católicos conservadores e familistas, marcados por moderado e cauteloso empenho, de alguns setores católicos de esquerda e de uma fração das esquerdas laicas. Portanto, mais por um impulso ideológico e por motivação humanitária voltada para a solução das injustiças sociais do que, propriamente, por ser expressão de uma inadiável necessidade de mudança. Geralmente, as transições sociais lentas, como as nossas, tendem a chegar fora de hora à consciência dos setores médios desenraizados, que se sentem impelidos, não raro tardiamente, a radicalizar as mudanças para acelerá-las. Em parte, a luta pelas reformas de base, entre as quais a agrária, teve essas características. Minha impressão, aliás, é a de que dois grandes problemas nacionais, o da violência contra os posseiros da Amazônia e o do trabalho escravo na mesma região, cujo momento agudo ocorreu nos anos setenta e nos anos oitenta, só agora chega com um ímpeto defasado à consciência de alguns setores da classe média urbana, que deles não tomaram ampla consciência no devido tempo. (MARTINS, 2000, p. 102).

Martins (2000) pontua que a origem das reivindicações da classe média pela reforma agraria influenciou outras pessoas para lutarem por esta questão, na qual lutam até hoje. Diferentes grupos preconizavam a reforma agrária. De um lado, estava a igreja com uma proposta de reforma agrária totalmente conservadora e, de outro lado, havia as Ligas Camponesas com a proposta de uma reforma radical.

O autor discorre que a igreja estava mais preocupada com a questão social do que com a questão agrária. Em contraposição ao Partido Comunista, “a Igreja reconhecia o risco político das migrações, do êxodo rural e do desenraizamento, que supostamente lançariam os pobres do campo nos braços dos comunistas nas cidades de destino, como Rio e São Paulo”. (MARTINS, 2000, p. 103). A igreja começava a traçar estratégias para preservar a unidade familiar de produção.

No Brasil, a conjuntura política, econômica e social voltada exclusivamente para beneficiar a classe e categoria da sociedade burguesa - conservadoras, dentre os quais se encontra os latifundiários, um dos personagens, que contribuíram e contribui para a existência dos conflitos no campo brasileiro, atingindo, principalmente o camponês que, devido à falta de terra para trabalhar, ver-se obrigado a enfrentar essa força poderosa em lutas e batalhas que às vezes recebem apoio de seguimentos sociais sensíveis à causa. Neste sentido, destaca-se a influência de instituição e sujeitos ligados à religião que em determinado momento da história, de acordo com cultura, com a doutrina da região ou da fé, com a situação

política e social de cada sociedade, localidade e período, contribuíram junto às lutas dos camponeses. (BARBOSA, 2016, p. 64).

Barbosa (2016, p. 32) discorre sobre a influência da igreja nos pontos políticos, econômicos e sociais, embasados por sua ideologia conservadora. A reforma agrária para a igreja era motivada por uma ideologia conservadora e de direita, com menos referências da práxis social, sendo oriunda de uma contraposição ideológica em relação às esquerdas. O socialista Francisco Julião propôs que a resolução do problema fosse por meio da já existente Lei do Inquilinato, “na qual se enquadravam os direitos de parceiros, arrendatários e moradores”. (MARTINS, 2000, p. 103).

Martins (2000) pontua que, antes do golpe, aqueles que estavam preocupados com as questões rurais não estavam preparados por uma interpretação unânime de causas e de projetos sociais.

Antes do golpe militar de 1964 houve uma aliança entre esquerdistas, trabalhistas, liberais e nacionalistas, com o objetivo de viabilizar a lei de regulamentação das relações de trabalho. Esse fator resultou na ampliação de leis trabalhistas para os trabalhadores rurais, por meio de reivindicações realizadas pela esquerda. “Essa vitória das esquerdas cindiu a luta no campo, esvaziando significativamente o empenho dos que lutavam pela terra ou cuja luta tinha mais sentido como luta pela reforma agrária do que por direitos trabalhistas”. (MARTINS, 2000, p. 104). Anterior à essa conquista, a esquerda estava dividida em duas lutas, os que lutavam pelos salários e direitos trabalhistas e os que lutavam por terra.

A partir de 1964, o Estado brasileiro formulou um aparato institucional com a finalidade de gerenciar a questão fundiária, de forma que não interferisse nos planos nacionais de desenvolvimento. Mesmo em 1964, a questão fundiária não respondeu única ou principalmente às crises políticas.

No período de 1964 a 1984, com imposição da ditadura militar, o projeto desenvolvido pela burguesia na agricultura, foi de uma modernização conservadora e dolorosa para os camponeses. Do ponto de vista político eles massacraram fisicamente todas as formas de organização camponesa. E com a sociedade calada e reprimida impuseram sua hegemonia em toda sociedade e na agricultura. Foi o período de consolidação da agricultura capitalista voltada para o mercado externo, baseado em grandes extensões de terra, na mecanização agrícola, na adoção dos agrotóxicos e na expulsão dos camponeses. (Cartilha do VI Congresso Camponês do MST, 2014, p. 25-26).

Barbosa (2016, p. 40) discorre que, durante a ditadura milita de 1964, houve um massacre das organizações camponesas, devido à repressão realizada na época e foi ainda um momento em que se consolidou a agricultura capitalista. Atualmente, no Brasil, a questão

agrária não é o principal problema social, mas não deixa de ser considerado um problema mediato.

O impasse histórico, a contradição entre terra e capital, que sustentava a luta remanescente pela reforma agrária, se resolveria pelo caminho inesperado e pelo antimodelo de um capitalismo rentista. Para administrar e controlar os problemas sociais e políticos que pudessem advir dessa opção, o regime militar editou o Estatuto da Terra e promoveu a reforma constitucional que tornaria aquela reforma agrária possível. O próprio golpe de Estado selara de vez não só a modalidade de reforma agrária politicamente tolerável, mas também seu lugar limitado nas transformações históricas futuras, o que a Constituição de 1988, editada com livre e clara participação das esquerdas, e contra sua vontade, limitou mais ainda. (MARTINS, 2000, p. 106).

Os embates atuais entre oposições e governo provem de questões que não são essenciais. Uma delas é a reivindicação pela reforma agrária e o debate de mediadores sobre o significado de reforma agrária, mas nenhuma dedicação à questão agrária em si. Há agência de mediadores que, por exemplo, empregando uma maneira de fazer cálculos a clientela potencial da reforma agrária, repetindo os erros do método utilizado pela Contag, usavam dados do censo induzindo um viés evidente no número de vítimas do regime fundiário. “Chegava a um número fantástico de mais de uma dezena de milhões de pessoas que, supostamente, precisavam e pediam uma reforma agrária”. (MARTINS, 2000, p. 108).

Apesar da luta pela reforma agrária ter se consolidado por meio de posseiros, diversos autores discorrem que “a regularização fundiária da situação dos posseiros na extensa e complicada região amazônica e no centro-oeste não é reforma agrária e não deveria entrar nas estatísticas oficiais da reforma.” (MARTINS, 2000, p. 106).

[...] a regularização fundiária no Brasil é, na maioria dos casos, legítimo ato de reforma agrária. Apenas quem não conhece a realidade social do campo pode supor que a regularização é mero ato administrativo sem maior alcance. A sofrida e sangrenta resistência dos posseiros à sua expulsão violenta da terra para beneficiar grileiros e latifundiários e viabilizar a política de consolidação da aliança da terra com o capital, fator de esvaziamento da reforma, impôs ao Estado brasileiro nos anos mais difíceis e repressivos da ditadura a necessidade de atenuar e redefinir parcialmente o seu projeto fundiário. Foi o que salvou o país de se transformar num território de enclaves do poder absoluto do capital latifundista. Esquecer disso ou não saber disso, desqualifica qualquer análise pretensamente crítica da reforma agrária em andamento. A regularização da situação fundiária dos posseiros de extensas regiões do país foi e é um legítimo ato de reforma agrária porque impõe limites ao processo expropriatório que daria ao país uma estrutura fundiária muito mais concentrada e latifundista do que a atual. Chamo a atenção para a proliferação de municípios e cidades onde essa resistência ocorreu, consequência de ações que impuseram limites ao enclavismo do latifúndio. (MARTINS, 2000, p. 107).

A real necessidade pela reforma agrária é devido ao grande número de famílias que se encontram na luta pela terra pois, conforme as informações, cerca de 90 mil estão em

acampamentos pelo país, segundo o movimento, que hoje está organizado nas cinco regiões do país, em 24 estados (MST)<sup>2</sup>, em ocupações, não significando que a problemática relativa a terra é limitada a eles; contudo, são os que manifestam uma demanda por reforma agrária urgente.

Para Martins (2000) estamos enfrentando uma demanda variada de reforma agrária, que repercute nas diferentes regiões brasileiras, podendo inclusive estar resultando em uma variação de agentes mediadores e o aparecimento de numerosas destas que escolhem reivindicar dentro das possibilidades institucionais. O autor pontua que, por mais que esteja crescendo o número de assentamentos e de regularizações, ocorre também uma repetição do ciclo crescente da “clientela de reforma agrária”. (MARTINS, 2000, p. 108).

Sérgio Sauer, professor da Universidade de Brasília, destaca que os programas de reforma agrária do Banco Mundial são mais inclusivos, em número de famílias financiadas e em quantidade de recursos, em nível internacional. Ainda segundo Sauer, no Brasil, mesmo com todas as críticas feitas pelos movimentos sociais agrários, as implantações dos programas de mercado acontecem desde 1996, apesar das inúmeras dificuldades, como por exemplo, a dificuldade que as famílias têm de pagar as prestações da dívida.

Para Barbosa (2016), os projetos e programas implantados a partir de 1960 referentes à terra, proporcionou uma ampliação da fronteira econômica estimulada pela introdução de novas tecnologias. Porém, essas iniciativas resultaram em agravamentos populacionais como, por exemplo, “aumento da concentração fundiária, intensas disputas de terras envolvendo de um lado, grileiros-latifundiários e do outro indígena, quilombolas, posseiros e sem-terra, resultando na expulsão dos camponeses para os centros urbanos”. (BARBOSA, 2016, p. 60).

Sauer (2010, p. 89) expõe que os programas referentes à terra surgiram como “solução” para amenizar os conflitos e combater a pobreza rural, devido a questão agrária não ser vista como uma questão política e como parte do programa econômico. O autor pontua ainda que esses recursos possibilitavam ao governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC) mitigar a pressão social por terra, conservando a estrutura fundiária ou até mesmo aumentando os processos de desapropriação. “O governo FHC instituiu o financiamento público para a compra privada de terras como um mecanismo para aliviar tensões sociais no campo e retomar o protagonismo político na condução da política agrária”. (SAUER, 2010, p. 100).

---

<sup>2</sup> Movimento Sem Terra (página visitada em 05.07.2021)

Para Villa (1999, p. 45), a Igreja Católica foi essencial para controlar, mediar e evitar as manifestações. Foi um instrumento usado pelo poder público, diminuindo os conflitos que poderiam afetar a classe dominante. Nesse aspecto, essa relação colabora para a expansão dos grandes latifúndios no Brasil, tendo em vista que a igreja era uma das responsáveis pela concessão de terras.

Com a finalidade de amenizar as manifestações realizadas devido às ocupações de terras, o governo de FHC e o Banco Mundial incluíram um novo método de mercado capaz de concorrer, pela base, a adesão de trabalhadores sem-terra. Esse fator possibilitava ao governo “ações fundiárias não pautadas por mobilizações e pressões dos movimentos sociais”. (SAUER, 2010, p. 101).

O discurso governamental ganhou então três aspectos centrais, sendo o primeiro uma crítica radical ao instituto das desapropriações, passando a afirmar que esse mecanismo de reforma agrária deveria ser repensado e mesmo abandonado porque o modelo constitucional era ineficiente e as desapropriações caras e morosas. [...]. (SAUER, 2010, p. 101).

O segundo argumento em defesa dos programas de compra e venda (acesso à terra via mercado) era a falta de recursos públicos. Não havendo recursos orçamentários suficientes para executar programas sociais caros como a reforma agrária, o país precisava de dinheiro e o Banco Mundial estava oferecendo recursos, criando uma nova fonte de financiamento do acesso à terra. [...]. (SAUER, 2010, p. 101).

O terceiro aspecto do discurso governamental era que, historicamente, as ações governamentais sempre foram “a reboque” dos movimentos sociais organizados. Os projetos de assentamentos, bem como todas as ações de reforma agrária, eram resultados de conflitos e pressões exercidas pelos movimentos organizados. A intenção era então tornar o governo o agente principal do processo, criando um mecanismo pacífico de acesso à terra, disponibilizando recursos via empréstimos para a negociação entre proprietários vendedores e famílias compradoras. [...] (SAUER, 2010, p. 102).

A partir desses discursos expostos, o presidente FHC, entre 1995 a 2002, elaborou quatro programas de reforma agrária no mercado, o “Reforma Agrária Solidária” em 1996, Cédula da Terra em 1997, Banco da Terra, também em 1997 e o Crédito Fundiário em 2001. Tais programas, por mais que sejam diferentes, consistiam na materialização da reforma agrária de mercado no país.

Sauer (2010) aponta que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1996, um ano antes da instituição do projeto Cédula da Terra, já fazia intensas críticas ao mesmo. “O principal argumento de defesa do projeto era que se constituía apenas em um projeto-piloto, portanto, limitado e experimental”. (SAUER, 2010 p. 104). Porém, essas justificativas perderam suas forças com a implementação do Fundo de

Terras/Banco da Terra e a ampliação dos custeios para o Brasil, antes mesmo da instituição do projeto Cédula da Terra.

Mais de quarenta movimentos e organizações do Fórum Nacional de Reforma Agrária se opuseram ao programa, resultando no alongamento de mais de dois anos para permitirem um novo empréstimo e o Banco Mundial se colocando na defensiva.

O Fórum de Reforma Agrária organizou uma série de atividades como seminários, audiências públicas, reuniões de negociações e pesquisas de campo, procurando alterar a lógica fundante do Cédula. Encaminhou duas solicitações de inspeção ao Painel do Banco Mundial com o objetivo de demonstrar que o Cédula não estava sendo executado de acordo com as normas internas do próprio BIRD. (SAUER, 2010, p. 105)

Em 1998 houve um pedido de inspeção e a realização de investigações; porém, sem nenhum resultado. Em 1999, o Fórum de Reforma Agrária analisou diversos documentos, como “laudos técnicos sobre as áreas, preços das terras, número de famílias envolvidas e outras informações relacionadas aos projetos implantados”, que indicavam diversas irregularidades no programa. (SAUER, 2010, p. 106).

Todos os dados obtidos pelos documentos implicaram em diversas críticas do Fórum Nacional de Reforma Agrária e, em agosto de 1999, houve um novo pedido de inspeção, que logo foi acatado. Esse pedido solicitou esclarecimento aos técnicos responsáveis e ao governo do Brasil, mas não apontou a investigação ao programa Cédula da Terra. O Painel de Inspeção expôs que o pedido de inspeção não era legítimo.

É importante observar, em primeiro lugar, que os resultados desta disputa – especialmente as duas negativas de investigação pelo Painel – com o Banco Mundial eram publicados pelo governo FHC como reafirmação da “excelência” do projeto. O primeiro relatório do Painel foi, inclusive, transformado em uma pequena cartilha afirmando que o Cédula era um projeto que estava realmente funcionando e deveria ser apoiado ou ter a participação da sociedade civil. (SAUER, 2004).

Destaca-se ainda que esse conflito ocasionou um atraso de mais de dois anos para que o Banco Mundial liberasse novos empréstimos para os programas brasileiros. O Banco Mundial só realizou o empréstimo no final de 2000 para a criação de um novo projeto “Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural”, mesmo com apoio e instituição do programa Fundo de Terras/Banco da Terra. Então, até os anos 2000, realizou-se uma mobilização de um programa de crédito fundiário, feito pela CONTAG, visto como um ponto assertivo do governo FHC.

No final do ano 2000 houve a aprovação do empréstimo para o financiamento para o projeto Crédito Fundiário de Combate à Pobreza, pelo Banco Mundial, visando

substituir o programa Cédula da Terra. Porém o programa só começou a ser efetivado em 2004, no mandato do Presidente Lula, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Em 2003, depois de investigações do Banco da Terra, afirmou-se que os mecanismos utilizados:

[...] eram frágeis e permitiram o surgimento de uma série de irregularidades, entre as quais, por exemplo, o financiamento da compra de áreas de proteção ambiental ou de terras com títulos de propriedade duvidosos, que não podem ser exploradas pelos beneficiários. O programa resultou, por fim, em um sobre endividamento de vários empreendimentos financiados. (SAUER, 2010, p. 110).

Porém, logo em seguida, o programa foi implantado novamente, apenas com algumas alterações como, por exemplo, o nome, que foi substituído por “Consolidação da Agricultura Familiar”. O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) instaurou um programa “para recuperar os projetos financiados pelo Banco da Terra e, redefinindo alguns parâmetros, oficializou o Fundo de Terras como fonte de contrapartida nacional aos recursos do BIRD na implantação da reforma agrária de mercado”. (SAUER, 2010, p. 110).

O MDA criou, em 2003, o Programa Nacional de Crédito Fundiário encarregado para administrar os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária; esses recursos foram investidos em diversas linhas ou projetos.

“O Programa Nacional de Crédito Fundiário tinha como meta financiar a compra de terras por 130 mil famílias, entre 2003 e 2006, segundo dados do II Plano Nacional de Reforma Agrária (INCRA, 2003). A meta do programa de reforma agrária via desapropriações era assentar 400 mil famílias no mesmo período (IDEM, 2003), portanto, esses projetos de mercado correspondiam a cerca de 30% das metas de assentamento (PEREIRA e SAUER, 2006). Esse percentual sustenta o discurso oficial de que o programa de compra de terras “constitui um *mecanismo complementar*” (MDA, 2004: 9) aos programas constitucionais de reforma agrária. Segundo informações oficiais, o BIRD já teria aprovado mais duas fases e, se efetivamente executadas, os programas terão, em 2012, financiado a compra de terras por cerca de 190 mil famílias (MDA, 2003: 15)”. (SAUER, 2010, p. 111).

As modificações realizadas no Fundo de Terras visavam sua atuação em longo prazo e estimasse que fossem beneficiados em cerca de R\$ 330 milhões anualmente por 30 anos, sendo considerado Fundo de Terras uma política de Estado de financiamento de compra de terras. Apesar de todas essas projeções, considerava-se que os dados estavam bem abaixo do esperado pelo governo.

Medeiros (2007) e Ramos (2008) discorrem que o governo não atingiu a própria meta estipulada de financiamento de terras, que correspondia a 130 mil famílias entre 2003 a 2006. O MDA não justificou o motivo do baixo desempenho dos programas.

Muitos dos programas implantados foram avaliados, inclusive os financiados pelo Banco Mundial. Há relatos de diversas dificuldades enfrentadas, como o abandono pelo motivo da falta de condições suficientes para se viver nessas regiões, além da falta de condições financeiras das famílias para pagar a dívida relativa à terra.

Atendendo às solicitações, as famílias envolvidas nos programas de compra de terras foram incluídas na Medida Provisória n. 432, de 2008, permitindo a renegociação das dívidas atrasadas. Essa mesma MP (aprovada no Congresso e convertida na Lei n. 11.775 de 17 de setembro de 2008), além de estabelecer as regras dessa renegociação, estabeleceu novas taxas de juros para todos os contratos de empréstimos tanto do Crédito Fundiário (art. 24) como do Banco da Terra (art. 25), inclusive para operações de financiamento implementadas no âmbito do Acordo de Empréstimo 4147-BR (art. 25, *caput*). É importante mencionar aqui que o ônus dessa renegociação, inclusive as diferenças nas taxas de juros, é responsabilidade do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (art. 24, parágrafo único, e art. 25, § 3º), ou seja, recursos públicos alocados no Orçamento Geral da União. (SAUER, 2010, p. 116).

Devido à incapacidade de diversas famílias de pagar suas dívidas com o governo, ele foi forçado a renegociar essas dívidas dessas inseridas nos programas de terras. Lima (2018) discorre que apenas depois da instituição da lei 13.340 de 2016, que trata sobre a renegociação e individualização “das dívidas do Banco da Terra, depois de haver muitos problemas legais e do acompanhamento institucional da lei 11.775/2008, que o processo de renegociação das dívidas avançou”. (LIMA, 2018, p. 163).

A reforma agrária se depara com diversas problemáticas, como a desapropriação de latifúndios, bem como diversos aspectos que impossibilitam a efetividade da reforma agrária. Pode-se observar que a falta de atenção à questão agrária é uma problemática histórica, que as classes dominantes e poderosas não se interessam em solucionar. Segundo Barbosa (2016),

Na visão de muitos analistas ligados à questão agrária como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Sousa Martins, Bernardo Mançano Fernandes, Elizeu Ribeiro Lira, Horácio Martins de Carvalho e João Pedro Stedile que defendem a reforma agrária e a mudança na estrutura agrária brasileira que pode ser solucionada por meio de medidas políticas, econômicas, jurídicas e sociais que desenvolva agricultura camponesa. Entretanto, a lógica da produção e reprodução capitalista desigual e combinada nos leva a compreender que o verdadeiro papel do Estado e da classe dominante que atua no campo, tem sido a de produzir e reproduzir a agricultura capitalista no campo e conseqüentemente as contradições, o que nos motiva a rever e resgatar elementos que pode ser importante para o entendimento da situação existente no campo. (BARBOSA, 2016, p. 147).

De acordo com Barbosa (2016) diversos autores defendem uma mudança na estrutura agrária utilizada no Brasil; ou seja, que haja uma reforma agrária com a idealização de solucionar os problemas existentes dessa questão. É possível observar inclusive que o

Estado e a classe dominante reproduzem a agricultura capitalista resultando nas atuais contradições.

A consequência dos programas de reforma agrária tem sido considerada um dos grandes motivos de endividamento de famílias vulneráveis economicamente envolvidas, além de ser uma disputa política-ideológica. Sauer (2010) discorre que as famílias buscando realizar o sonho da casa/terra própria, acabam vivenciando um pesadelo, por não conseguir quitar tal dívida.

## **2.2 A questão agrária no Tocantins**

Uma reforma agrária é uma reorganização das terras no campo. Acontece quando grandes porções de terra, até então concentradas na mão de um ou de poucos proprietários, são divididas em pequenas porções e distribuídas a outros donos, até então impossibilitados do acesso à terra.

Em 1964 foi criado o Estatuto da Terra, que entre outros temas, discutia a reforma agrária e colocava em pauta a função social das terras da qual deve ser desenvolvida para a permanência da propriedade. Segundo o referido estatuto, a reforma agrária significa, um conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Posteriormente foi promulgado na Constituição Federal vigente, em seu artigo 184, o compromisso de realizar a reforma agrária.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988).

A concentração de terras vem do próprio modo como o Brasil foi colonizado, por meio de capitanias hereditárias. As capitanias eram grandes porções de terra doadas a “capitães donatários”, responsáveis por sua administração.

No estado do Tocantins, os conflitos agrários tiveram início quando este ainda fazia parte do estado de Goiás; neste período, o atual estado do Tocantins ficava na parte do norte Goiás e era denominado Goiás do norte. Os conflitos iniciaram com a chegada de imigrantes de outros estados que tinham por objetivo ocupar terras que legalmente não tinha

proprietários, uma vez que não havia documentação. As terras eram conhecidas por seu solo fértil e chamavam atenção de produtores agrícolas e pecuários, gerando a expectativa de melhoria de condições de vida na ocupação dessas terras.

A chegada de fazendeiros e grileiros ganhou destaque por volta da década de 60; os fazendeiros portavam documentos paroquiais, que são documentações cedidas pelo Estado, porém não tinham validade jurídica. A concentração de novos fazendeiros elevou-se e a ausência de documentos legais resultou no início de conflitos agrários, que foram se intensificando na década de 1980.

O movimento de reforma agrária ganhou proporção e tornou-se nacionalmente conhecido por conta da violência. Estavam em conflitos envolvendo grileiros, posseiros e integrantes do Movimento Sem Terra, que tinha o objetivo de anular os latifúndios por meio da repartição de terras para uso de moradia e produção de subsistência.

Esses conflitos acirram quando os fazendeiros expulsaram os posseiros de suas terras a partir de documentos falsos; no entanto, os posseiros resistiram e os fazendeiros contratavam pistoleiros para matar os que permanecem ocupando as terras. A divulgação das mortes pela imprensa, por sua vez, era censurada e, para se defenderem dos ataques, posseiros e camponeses começaram a se unir.

[...] este movimento tinha como intermediadores e organizadores, os coordenadores da pastoral da terra destacando-se os que teve maior influência no movimento que foi o padre Josimo, o qual sofreu um atentado em 15 de abril de 1986 quando cinco tiros foram disparados contra a sua Toyota (Silva, 2011), acabou sendo assassinado no dia 10 de maio de 1986 covardemente enquanto subia as escadarias do prédio Mitra Diocese de Imperatriz onde funcionava o escritório CPT (Comissão pastoral da Terra) em Araguaína Tocantins. (RODRIGUES et al, 2017, p. 20).

O padre Josimo ganhou destaque nos movimentos e deixou um grande legado que é seguido até nos dias de hoje nos acampamentos do Movimento Sem Terra, assim como os coordenadores da pastoral da terra. Esse religioso abrigava e defendia trabalhadores rurais e as famílias que lutavam por terras para moradia e cultivo. No entanto, foi assassinado a mando de fazendeiros do Bico do Papagaio (região do Tocantins) que o tinham como inimigo.

Nesse processo de luta é importante destacar a participação da CPT-Comissão Pastoral da Terra, instituição ligada à Igreja Católica que se articula com os principais movimentos Sindicais e Sociais de luta pela terra no Brasil que deram importante contribuição, principalmente com a participação do Padre Josimo Tavares, figura que na época (década de 1980 do século XX) atuava como Coordenador da Comissão Pastoral da Terra na região, onde acompanhava e assessorava os camponeses envolvidos em questões. (BARBOSA, 2016, p. 68).

A articulação de movimentos aliados a pastorais sociais da igreja católica, sindicatos dos trabalhadores rurais da região do Bico do Papagaio e outros movimentos de lutas sociais contribuíram para adesão do MST no Tocantins, que inicia uma série de ações na década de 1990, pelo fato de ser um grande instrumento de voz e luta dos trabalhadores sem-terra.

Com a acentuação da questão agrária, aumento de embates de latifundiários e camponeses culminam na organização e comprometimento com a reforma agrária, de modo que movimentos sociais e sindicais de luta por terra se unem para enfrentamento, visando o exercício da reforma agrária.

Em relação às formas de lutas e o número de enfrentamentos travados pelos movimentos sociais em outros estados do País, passa-se a impressão de que as lutas no Estado do Tocantins transcorrem somente pelas vias legais. Mas não é bem assim, de acordo com as localidades ocorreram e ocorrem ações enérgicas (agressivas) por parte dos órgãos de segurança do Estado e jagunços a serviço dos latifundiários - grileiros de terra que atuaram e atuam em diversas localidades da região do Bico do Papagaio. Entretanto ora legal ou legítimo, o certo é que os camponeses não param de lutar, seja de uma forma ou de outra, as lutas estão sempre sendo manifestadas. (BARBOSA, 2016, p. 69).

Em 1999 com o desenvolvimento do MST foi oferecida a expansão para região central e sul do estado e decide realizar um trabalho de base em Palmas (capital do Tocantins) para estabelecer um ponto de referência na capital; todavia, no decorrer de três meses, o trabalho não obteve o resultado esperado.

Em 2011, o MST montou um novo núcleo de apoio; assim, mudou as atividades da coordenação de aspectos políticos e técnicos de Araguaína – TO passando às atividades para o município de Paraíso do Tocantins – TO, em razão do resultado insatisfatório na capital e da função geográfica de Paraíso do Tocantins, de modo que isso possibilitou a articulação de trabalho de base nos municípios de Miracema do Tocantins - TO e Miranorte - TO.

Para articulação de trabalho de base nos municípios de Miranorte – TO e Miracema do Tocantins - TO, além de acompanhar o andamento do processo junto ao INCRA, o movimento montou acampamentos próximos a esses municípios visando a desapropriação de fazendas próximas, perdurando um ano e dois meses, e chegou a comportar 220 famílias. Atendendo às pressões e movimentos foram designadas três fazendas para as famílias do acampamento Paulo Freire e este fato se tornou uma importante vitória para o movimento.

Ressalto que o assentamento Paulo Freire foi concebido num período político e social envolvendo modelos agrícolas de conciliação: de um lado, criando uma política de assentamentos e incentivo à agricultura camponesa - familiar com produção de alimentos para o programa de combate à pobreza e de outro, injetando vultosos investimentos econômicos no agronegócio, para produção em grande escala e exportação. As duas políticas acabaram reforçando a predominância econômica do grande latifúndio, sob a égide do agronegócio ou grande capital deste setor (nacional e, sobretudo estrangeiro), conservando a manutenção concentração da estrutura agrária brasileira. Neste contexto se insere a luta dos camponeses do assentamento Paulo Freire I e II, organizado pelo MST-TO, uma luta e conquista que não se traduz apenas no aspecto da posse da terra em si e nos aspectos produtivos, abrange também questões políticas da luta dos camponeses, tais como, manifestações em busca de recursos para a produção, organicidade do assentamento em associações e grupos, articulação e auxílio nas ocupações de terra, etc. Portanto, verifica-se essas características de socialização política dos camponeses no assentamento e também características tradicionais conservadoras. (BARBOSA, 2016, p. 148).

A luta do MST no Tocantins é um importante aliado na reforma agrária do Estado e possui três grandes marcos importantes: o primeiro se constitui pela estruturação de suas bases em Araguaína, conquistando o assentamento em primeiro de janeiro em 1997; o segundo marco se constituiu por volta dos anos de 2000 a 2010, do qual muda sua base para Paraíso do Tocantins - TO e contribuem para adesão dos assentamentos Paulo Freire I e II; e o terceiro marco está datado por volta de 2011, com a instalação do MST em Palmas - TO e obteve êxito na conquista do acampamento Santa Tereza II (Pindorama - TO) e Zumbi dos Palmares no município de Silvanópolis - TO.

É importante destacar que os assentamentos criados no estado têm atividades ligadas ao agronegócio e estão em desenvolvimento para expansão de modo a afirmar que eles não divergem com a agricultura capitalista, mas contribuem para o agronegócio no país. Ademais observa-se que a necessidade de reforma agrária é um fator histórico no estado e apresentava suas necessidades antes da divisão do estado Goiás e instituição do estado de Tocantins.

### 3 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A MIGRAÇÃO DO CAMPO

Como destacado por Spanevello *et al* (2017) em sua pesquisa, os jovens nos dias atuais não mais têm o mesmo interesse que apresentavam antes pela vida no campo; assim sendo, crescem a cada dia o interesse pelas supostas oportunidades que terão nos meios urbanos. No entanto, é fundamental questionar se de fato existe uma grande mudança no que diz respeito à qualidade de vida daqueles que migraram para as cidades, se conseguiram alcançar todas as promessas que vinham associadas, idealizadas e realizadas na sua mudança; ou seja, saindo do campo para a vida na cidade.

O que notadamente se percebe com a vinda dos jovens para os meios urbanos é que os problemas que antes encontravam no meio rural agora se apresentam de forma marcante na cidade, pois acabaram se submetendo a trabalhos mal remunerados e a condições de moradia que, por diversas vezes, são tão “precárias” ou mesmo maiores e mais difíceis do que as vivenciadas enquanto estavam no campo, afetando a qualidade vida.

A falta de políticas públicas que atendam à grande demanda decorrente do êxodo rural cria um crescente número de cidadãos precisando sobreviver em condições de marginalização, continuando tanto em situação de pobreza, quanto de falta de acesso a recursos e/ou capital cultural. (MORAIS; RODRIGUES; GERHARDT, 2008).

Para continuidade da discussão, será essencial delimitar sobre qual juventude se discorre nesta pesquisa pois, quando se pensa essa categoria como um fenômeno social e cultural, se cria também um amplo leque de possibilidades. Assim sendo, para elaboração desse estudo, se partiu do conceito apresentado por Souza e Paiva (2012, p. 354), que delimitam esse público como os que apresentam idades entre 15 até 29 anos, podendo serem divididos nos seguintes subgrupos: “15 a 17 anos – jovem-adolescente; 18 a 24 anos – jovem-jovem; 24 a 29 anos – jovem adulto”.

São muitos processos engendrados pelo sistema capitalista, dentre eles o acirramento das desigualdades econômicas, que faz com que se crie um processo cultural de individualização, que se intensifica à medida que a própria sociedade impõe a ideia de “liberdade individual” e da meritocracia. Nessa perspectiva, se observa de forma mais intensa, a partir do século XXI, que a modernização econômica com foco especial no imediatismo tem gerado um novo conteúdo representativo das experiências de “ser jovem”. É impossível, então, traçar comparações entre a juventude dos anos 1980, por exemplo, com o que se expressa atualmente.

Segundo pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Brasil teria o maior pico de população jovem entre 15 e 29 anos em 2010, podendo chegar a 51 milhões nesta faixa etária. Em 2000, o país tinha 47 milhões de pessoas com essas idades e essa característica é apontada como resultado da dinâmica demográfica nas décadas de 1970 e 1980<sup>3</sup>.

Os grandes nomes das indústrias culturais estão cada vez mais produzindo conteúdos destinados às novas gerações, tanto para a infância, que cria a imposição de papéis que antes se restringiam a adultos, quanto para a juventude, que é abordada como um grupo que consegue acompanhar as mudanças oriundas da modernidade, mas que também convivem com a incessante nostalgia dos adultos que, por sua vez, são alvo de promessas de rejuvenescimento. (SOUZA E PAIVA, 2012, p. 76).

A juventude contemporânea se tornou muito mais um ideal social do que uma categoria delimitada por determinada faixa etária; este grupo foi se tornando aquilo que era necessário para a implementação de um sistema de capitalismo que fizesse do sujeito o único “responsável” por sua posição social. Essa postura meritocrática contribuiu para a estipulação de valores associados à mocidade, sua capacidade para o trabalho, sua dedicação que, em última instância, pode ser percebido apenas como mais um discurso exploratório. (SOUZA E PAIVA, 2012, p. 78).

O que se encontra na realidade, como sempre, é muito diferente daquilo idealizado e/ou imaginado, Peregrino, Pinheiro e Souza (2018), ao discorrerem sobre a juventude contemporânea no Brasil, pontuam que este grupo hoje compõe mais de um quarto da população total; ou seja, mais de 50 milhões de pessoas, que encontram uma grande discrepância entre os discursos midiáticos que promovem a ideia de liberdade individual e aquilo que realmente encontram.

Diferentemente dos países Europeus e dos Estados Unidos da América, que experimentaram o estados de bem-estar social, o Brasil apenas passou por tentativas frustradas de reformas econômicas que de fato beneficiassem a população, em especial por causa do período de ditadura civil militar (1964 - 1985). E que pode ser entendido como um grande pacto elitista, praticado tanto a nível estatal quanto no mercado financeiro, que gerou um marcante processo de exclusão social, apesar de todo dinamismo industrial existente. Ironicamente, o período citado foi também um dos que mais apresentaram migração aos espaços urbanos. (SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018, p. 63).

---

<sup>3</sup><http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1453899-5598,00-POPULACAO+JOVEM+DE+A+ANOS+TERA+MAIOR+PICO+EM+DIZ+IPEA.html> (visto em 06.07.2021).

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi marcado por uma série de componentes; entre eles, a desregulamentação e a insegurança dos vínculos formais com o mundo do trabalho, que impulsionou a precariedade econômica, social e política presentes hoje no país. Mesmo com a garantia de alguns direitos, principalmente a partir do Governo Lula (2002 – 2010), ainda se nota uma grande dificuldade de acesso por parte da parcela mais pobre da população.

Mesmo com uma série de avanços, principalmente no que diz respeito ao acesso à escolarização, os jovens mais pobres ainda apresentam grandes dificuldades de ingresso no mercado de trabalho. Constituiu-se, então, um arranjo que pode ser entendido como perverso, onde o acesso à educação acontece em um período de grande fragilização do mundo do trabalho, não podendo, portanto, ser entendido como um avanço propriamente dito. (PEREGRINHO; PINHEIRO; SOUZA, 2018, p. 32).

Apesar disso, é comemorável a maior presença de jovens nas universidades, bem como a recente posição assumida por alguns que podem ser categorizados apenas como estudantes, não precisando necessariamente associar o trabalho ao estudo. Entretanto, falar sobre juventude também é falar sobre o fato de eles serem a maioria da população carcerária no país; apontam entre os que têm maior nível de desemprego e nos últimos mapas da violência elaborados pelo IBGE também lideram os índices de vítimas de homicídios e suicídios no país. (RIBEIRO E MACEDO 2018, p. 90).

Portanto, a palavra que melhor descreve a juventude contemporânea é o “desamparo”, pois uma parcela significativa desse grupo se encontra em extrema situação de pobreza e marginalização, tanto que os maiores esforços das Conferências de Juventude têm sido o de conseguir fazer com que os jovens sejam reconhecidos como “sujeitos de direitos”; portanto, que se construam, então, políticas públicas específicas que consigam dar melhores condições de vida para o jovem oriundo do campo, que diminua ou acabe com os impactos do racismo estrutural, que reconheça as diversas manifestações da sexualidade existentes. Enfim, que lhes proporcione da melhor forma possível uma condição de seguridade social. (RIBEIRO E MACEDO, 2018).

### **3.1 A questão agrária e a migração rural**

Palmeira (1989, p. 61), afirma que a migração rural, também denominada por muitos pesquisadores como “êxodo rural”, é um fenômeno que data da década de 1930, que foi responsável por mudanças significativas na estrutura social brasileira. As mudanças foram

tão drásticas que, entre 1940 e 1980, os percentuais das populações urbanas e rurais se inverteram, a primeira aumentando de 30% para 70%, enquanto a segunda diminuía de cerca de 70% para 30% da população total. Essas mudanças, também confirmadas pelo IBGE, apresentam que em 1970, dos 30 milhões de migrantes, 21 milhões eram de pessoas que se dirigiram das áreas rurais para as urbanas. (MARTINE, 1984, p. 55).

Apesar dos discursos dominantes buscarem apresentar que o principal atenuante para a migração rural seja a modernização da agricultura, Souza (2018), busca uma análise diferente, visto que a mecanização agrícola se apresentava ainda de forma pouco expressiva em alguns estados a partir dos anos 40-50. Assim sendo, aponta que vários estudos sugerem que o marco inicial para essa mudança, de fato, foi na década de 1930, onde se começa o esvaziamento do campo, atribuído a diversos motivos; entre eles, as grandes secas do nordeste e o início da industrialização ou mesmo a chamada urbanização.

Souza (2018, p. 54), também discorre que durante o 2º Governo Vargas, a oposição passa a dar mais atenção à questão agrária, pois se assustaram com os visíveis efeitos exercidos por um acelerado processo de migração, que acabaria transferindo para as grandes capitais os problemas que até então afligiam apenas o campo.

A autora evidencia, ao longo de seu trabalho, a existência de uma linha tênue entre o êxodo rural e os problemas agrários, discussão que antecede o início da ditadura militar no Brasil. As possíveis causas para essa drástica mudança não são delimitadas; em contrapartida, são apresentadas algumas hipóteses, como as diversas crises no setor agropecuário e o crescimento das atividades econômicas nas cidades que, associadas à primeira possibilidade, podem exercer atração a determinada parcela da população rural.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, existem mudanças significativas nos processos de migração rural uma vez que, associado a este fenômeno, também se inicia a expulsão sistemática de trabalhadores rurais, que se mostrou presente no interior dos grandes domínios brasileiros. Por mais que a expulsão de trabalhadores dependentes (moradores, agregados, colonos ou semelhantes) já existisse, esse processo iniciado nos anos 1970 assume características muito peculiares. Se, no passado, o trabalhador expulso encontrava nova moradia, em um empregador ou propriedade seguinte, reconstituindo assim a mesma posição que se encontrava anteriormente, neste novo modelo a saída da propriedade é definitiva, não havendo, por diversas vezes, outra alternativa que não seja ceder aos movimentos migratórios em busca de empregos e possíveis moradias. (PALMEIRA, 1989).

Os primeiros movimentos de expulsão dos trabalhadores, aqueles que não necessariamente significavam sua saída do campo, Martine (1984) pontua que, de certa forma,

seria até mesmo desprovido de sentido falar sobre expropriação do campesinato. Pois não se tratava do despojamento dos trabalhadores rurais de seus meios de produção; afinal, de alguma forma, eles já haviam sido expropriados deles.

O que acontecia de fato era a expropriação das relações sociais, que já haviam sido por eles naturalizadas. Portanto, anteriormente à década de 1970, o trabalhador do campo ainda exercia algum controle sobre o que pode se entender como um certo saber fazer.

Essa mudança e a definição do que Palmeira (1989, p. 65) vem chamar de expropriação do campesinato, acontece quando as fronteiras agrícolas, mesmo estando em constante expansão, fazem das expulsões, não mais algo da trajetória dos sujeitos que dependiam desta propriedade, que poderiam vir ou não a posteriormente receber um pedaço de terra. O que acontece é o fechamento total dessa fronteira, não existindo mais a possibilidade de se procurar outros lugares nos meios rurais, pois agora acontecia uma expulsão em massa, não restando opção que não fosse a ida para espaços urbanos.

Mesmo com as pontuações de Palmeiras (1989), é possível questionar se de fato se essa mudança inicia apenas nos anos 1970, haja visto que Queiroz (1978), discorre acerca das chamadas “favelas rurais”, expressão que tem por objetivo representar a expressão espacial da expulsão dos trabalhadores rurais. Segundo a autora, mesmo em meados dos anos 50 do século XX é perceptível esse movimento, estando associado às transformações do trabalho dentro das estâncias de gado, que viriam a ganhar mais espaço substituindo as atividades exercidas anteriormente como plantações de cana de açúcar.

Assim sendo, é notável que as mudanças das relações trabalhistas no setor rural passaram por transformações em detrimento de vários fatores sendo que, em meados dos anos 50 e 60 do século passado, é possível destacar: a incorporação de novas terras por um produtor comercial tradicional; a especulação imobiliária; a substituição da agricultura pela pecuária; entre outros, que nem sempre estavam associadas ao benefício e/ou vontade do trabalhador, que meramente deveria se adequar as novas formas de subsistência. (QUEIROZ, 1978, p. 14).

Dessa forma, é possível perceber que o mito do êxodo rural como fruto apenas da modernização da agricultura não se sustenta, bem como nem sempre esteve de fato associado a vontade da população que residia em espaços rurais, mas sim, em decorrência de um longo e arduo processo de aquisição de capital que, associado à completa ausência por parte do Estado, pouco contribuiu para as melhorias na qualidade de vida. (MERA E NETTO, 2014, p. 10).

Apesar de ter se tornando uma grande questão social no Brasil, esse processo de abandono de meios de produção ou mesmo forma de existência, é um movimento que atravessa praticamente todos os países capitalistas e pode ser entendido pela necessidade de se haver um exército de mão de obra reserva, que nada mais é que uma forma de oprimir o trabalhador e sujeitá-lo a condições de vida e trabalho que não garantam sequer os direitos mínimos estabelecidos constitucionalmente. (MORAIS, RODRIGUES E GERHARDT, 2008, p. 19).

Os discursos associados ao abandono do campo sempre se apresentam de forma benéfica a população, pois estão camuflados por uma ficção de que, em decorrência da modernização da agricultura, a mão de obra que antes era utilizada, não mais seria necessária. Assim sendo, haveria nas cidades uma quantidade exorbitante de trabalhos nas mais diversas fábricas que ganhavam espaço no cenário econômico. No entanto, quando a população chegava nesses espaços, se deparava com outra realidade, que ora podia ser a falta de emprego e/ou moradia e ora o exercício de trabalhos mal remunerados, que proporcionavam de forma mínima as condições de subsistência deste público (MORAIS, RODRIGUES E GERHARDT, 2008).

A principal conclusão que se chega quanto a esse processo é que ele foi pensado e planejado, talvez antes mesmo da população precisar migrar para os meios urbanos. Se este é o caso, é possível destacar que os problemas sociais causados por esse “êxodo rural” também já haviam sido pensados, mas que em movimento contrário, não houve a criação de políticas sociais que viessem a dar conta de todos os impactos causados, denunciando tanto a ausência e fragilidade do Estado frente à questão social e suas manifestações que afetam a população, quanto o favorecimento do mercado e da acumulação de capital em detrimento do bem estar das próprias pessoas. (MORAIS, RODRIGUES E GERHARDT, 2008).

O que aconteceu no Brasil foi que a falta de medidas políticas para solucionar a questão agrária nacional e a perda da capacidade do setor agrícola de regular o mercado de trabalho rural-urbano, associado à forte expansão da indústria e não realização da reforma agrária, constituíram os parâmetros básicos para a estruturação de uma sociedade que incorporassem os elementos do capitalismo, com foco na regulação pelo mercado. Isso tomou características de um país atravessado pela excesso da mão de obra e dos baixos níveis salariais. (BALTAR, 1988, p. 92).

### 3.2 Juventude e migração

Em uma pesquisa publicada na Revista Brasileira de Educação, conduzida por Zago (2016) foram realizadas entrevistas com jovens que eram procedentes de áreas rurais da zona oeste do estado de Santa Catarina. Os entrevistados relataram que a migração deles se deu associada a vários elementos, tendo como um dos pontos principais as difíceis condições econômicas de trabalho, até mesmo para aqueles que almejavam permanecer na mesma atividade dos pais.

Não se trata, no entanto, de uma percepção de mão única: o campo que exclui é ao mesmo tempo idealizado por ser aquele que oferece “melhor qualidade de vida, com menos poluição, alimentação mais saudável”, mas é também um ambiente de adversidades, do trabalho “judiado, pesado, sem férias e de baixo rendimento”. Os jovens se veem confrontados entre essas situações ambivalentes de melhor qualidade de vida no campo e a avaliação de um horizonte de poucas perspectivas futuras. (ZAGO, 2016, p. 72-73).

Conforme a citação, identificar e conhecer um pouco da realidade dos jovens que migraram do campo para a cidade, em destaque nessa situação são as adversidades do ambiente do campo, ou seja, a sociabilidade existente pois indicam a realização do trabalho tal como, “judiado, pesado, sem férias e de baixo rendimento”. Os jovens deixam o campo na busca de melhores condições de vida, lazer, educação e outros; quando isto ocorre é necessário analisar se as cidades dispõem desses recursos mas, conforme Hartwing (2012, p. 06), em sua maioria, estas expectativas e necessidades dos jovens não são atendidas. O que torna a vida dos jovens na cidade uma condição de luta por melhores condições de existência.

Ocorre que a migração se dá para locais que, de certa maneira, apresentam um crescimento no que tange a favelização em cidades, uma vez que esses jovens são deslocados para essas regiões. Esses os jovens muitas vezes são filhos dos agricultores vivem esse mesmo dilema da população jovem do espaço urbano, com as dificuldades para estudar, se qualificar para o trabalho em momento de precarização o trabalho e de taxas elevadas de desemprego.

É importante destacar que a cidade, como síntese do processo de desenvolvimento e expansão capitalista dependente, é também marcada pela “urbanização dos baixos salários que implica formas de produção doméstica ou pré-capitalista, mas funcionais e fundamentais para o processo de acumulação”. (MARICATO, 2017, p. 110).

É válido salientar que existem diferentes motivações que incentivam os jovens, na atualidade, a migrar para o meio urbano. Posto isso, explicar a condição histórica que

promove a transformação dos jovens do meio rural em migrantes é pelo resultado das condições históricas, trata-se de um problema estrutural provocado pelo próprio modo econômico de produção e reprodução capitalista que cria necessidades; dentre elas, de qualificação, quando não há postos de trabalho.

De acordo com Albuquerque (2014) vemos a necessidade como um poderoso instrumento político, cujo coloca que o camponês migra por que necessita migrar para garantir condições de sobrevivência. A migração é um fenômeno forçado pela realidade e se insere em um diálogo entre as relações econômicas, políticas, culturais e sociais.

Os camponeses migrantes são movidos por duas razões muito pragmáticas: 1) a busca do maior rendimento pelo trabalho desenvolvido para garantir a sua reprodução e a da sua família, assim como todo trabalhador assalariado, 2) a procura das melhores condições para a realização de uma poupança que garanta a manutenção e o aprimoramento de sua propriedade. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 456).

O processo de migração rural, por sua vez, se coloca como uma resposta às dificuldades de existência material para as famílias no campo; em contrapartida, observa-se o esvaziamento do meio rural, o aumento da pobreza nas cidades e, conseqüentemente, isto gera na vida dessas pessoas uma rejeição desses imigrantes no mercado de trabalho. Observa-se também um dos processos de materialização da expansão do capital que recruta trabalhadores em seu meio originário para outros novos meios, que os conduz em um movimento representado por um contingente de nômades que percorre o mundo.

Conforme evidenciamos, os jovens e/as famílias migram em busca de melhores condições de vida; todavia, os centros urbanos não comportam a demanda. Esses jovens, em sua maioria, são colocados para as regiões periféricas das cidades; logo, entendemos que não se trata de situações à parte, ou de busca de soluções individuais, mas de questões determinadas historicamente imbricadas nas relações sociais. A inexistência de políticas públicas que atendam as populações, tanto no campo como nas cidades, não é significativa para essas demandas sociais.

Hartwing (2012, p. 02) afirma que as modificações no espaço rural e urbano denotam que o jovem se desloca do campo para a cidade em busca de qualificação para o trabalho. Ao migrar, ele identifica a ausência de postos de trabalho; desta forma, o jovem rural inicia um enfrentamento dos mesmos desafios e dilemas do jovem urbano.

Ademais, coloca-se que os altos índices de desemprego abrangem todas as camadas sociais, afligindo a todos, seja população rural, seja a população urbana e esse é um problema social resultante das relações sociais capitalistas.

Para Pochmann (2000), existem dois grandes e importantes movimentos que o autor considera os vilões do desemprego. Em primeiro lugar, considera que houve uma nova divisão internacional do trabalho, que exige mais capacitação favorecendo mais a gestão do que a execução no trabalho, e segundo, as grandes decisões, o pessoal estratégico, de pesquisa, está nas matrizes nos países desenvolvidos, que montam as fábricas para o pessoal operacional em países com força de trabalho mais barata. Segundo autor é a lógica da globalização. (HARTWING, 2012, p. 09).

O desemprego já não contempla apenas a pessoa com baixa escolaridade e sem qualificação profissional, o desemprego não é resultado de ausência de escolaridade, visto que a necessidade de qualificação é colocada como uma estratégia de recrutamento pela qual as empresas colocam determinadas exigências de qualificação até mesmo para postos de emprego pouco complexos.

Dessa forma, há uma dissonância entre aqueles que buscam vaga de trabalho, mas o que se oferta não condiz com suas qualificações, ou ainda, “Cresce cada vez mais o número de pessoas qualificadas em busca de uma vaga no mercado de trabalho. Jovens recém-formados encontram-se em situação ainda pior”. (HARTWING, 2012, p. 09).

O desemprego faz parte do movimento do capital, é necessário para sua reprodução, o discurso que perpassa ao senso comum de que o desemprego está relacionado a falta de qualificação também se coloca em benefício do capital, que coloca o problema social historicamente determinado como apenas a ausência de educação. Dessa forma, a educação se transforma em mercadoria em que produz a qualificação para ocupar um posto de trabalho.

Aparentemente as tecnologias desempregam, no entanto, o desemprego não é resultado das tecnologias, mas da relação social que estabelece com o capital. O desemprego é necessário para o capital, e permite flexibilizar as relações de trabalho em virtude do imenso arsenal de reserva disponível, onde o desemprego é a regra. (HARTWING, 2012, p. 10).

Ferreira (2014, p. 455) coloca que, ao efetuar a migração, esse trabalhador rural se depara com uma nova realidade, cujas condições de sobrevivência são extremamente adversas e que se movem via modelo típico de remuneração ou assalariamento e se reproduz em relações acentuadas do mundo do trabalho. Essas relações se movimentam em face da lógica capitalista.

Não obstante, a chegada desses novos moradores para a cidade representa o acirramento da disputa pelos postos de empregos. Esse movimento sempre se deu em conflitos e tensões que, na atualidade, traz novos conflitos em razão das atualizações estratégicas advindas da relação do capital e trabalho.

Dessa forma, o migrante torna-se um estranho no espaço em que se insere, enfrentando nas relações de convívio o preconceito e a discriminação contra si e sua região de origem. Além disso, essas dificuldades estão presentes também no mundo do trabalho; ele é visto como uma ameaça, despertando a hostilidade dos trabalhadores urbanos.

Traz ainda a lógica auto-reprodutiva do camponês desconhecida pelos moradores urbanos, que exerce atividades de auto reprodução de modo que inclui terreno, casa própria, e meios de subsistência; ou seja, o camponês move-se em uma lógica de manutenção e melhoramento do seu patrimônio como indivíduo com mais autonomia. Esse movimento reproduzido pelo camponês comparado aos moradores urbanos, que muitas vezes sequer tem casa própria, permite com que o morador urbano os visualize em condição de inferioridade financeira.

### **3.3 O Fluxo migratório do meio rural e as consequências para o envelhecimento no campo**

Mera e Netto (2014) ao discorrer sobre o processo de migração da zona rural para a urbana pontua que, por diversos momentos, o Serviço Social se interessou bastante com as condições de vida apresentadas por esses migrantes. Pensamento essencial, mas que não pode vir desacompanhado do questionamento de “quais sujeitos permaneceram no campo?”, visto que esses ainda representam cerca de 15% da população total do país.

Para se falar da parcela da população que permaneceu no meio rural é importante destacar sobre alguns processos já citados anteriormente, que foram os propulsores do movimento de migração do campo para a cidade. Entre eles, é possível destacar as “diversas mudanças econômicas dos anos 60”, a “modernização da agricultura” e, “a promessa de melhores salários e condições de trabalho nas zonas urbanas”. (MERA E NETTO, 2014, p. 37).

Ao mesmo tempo em que houve uma série de mudanças nos meios de produção, associados a um grande número de promessas em relação aos trabalhos nas recém-criadas indústrias, também acontecia um processo de seleção dos que poderiam de fato se mudarem para áreas urbanas. Em sua grande maioria, deveriam ser pessoas que atendiam aos critérios de produção esperados pelo sistema capitalista; portanto, teriam de ser homens jovens que conseguissem dar conta das exaustivas horas de trabalho em fábricas. (MORAIS, RODRIGUES E GERHARDT, 2008, p. 74).

É praticamente impossível não destinar certo nível de atenção a esse público pois, em termos de faixa etária, a diminuição mais visível no meio rural é entre os jovens que, em 2010, representavam menos de 15% da população rural no Brasil; em contrapartida, houve um aumento de 10% no número de pessoas idosas (acima de 60 anos) neste mesmo espaço. Assim sendo, é preciso pensar sobre os motivos desse fenômeno e como ele impacta a atual conjuntura social. (SPANNEVELLO *et.al.*, 2017, p. 16).

Apesar da existência de um processo que veio associado à migração ao meio urbano, que acabava por valorizar de forma determinante o público jovem, Maia (2014, p. 320), também associa o aumento do número de idosos no meio rural, com a recente queda da taxa de fecundidade entre as mulheres do campo, além das mudanças estruturais nas famílias, que hoje não são mais compostas necessariamente por famílias do tipo nuclear. Ademais, também houve o aumento das famílias compostas por casais sem filhos.

Outro importante dado a se dar atenção é que no período entre 1960 e 1990 a maioria da população que realizava o processo de migração do campo a cidade eram homens jovens. A partir dos anos 2000 esse papel se inverte: existe uma maior proporção de jovens do sexo feminino no percurso do êxodo rural, o que pode ser associado à seleção de atividades que serão exercidas nestes espaços, historicamente e culturalmente relacionados ao público masculino; desta forma, o feminino busca outras alternativas nas cidades e zonas urbanas. (MAIA, 2014).

De 1970 até 2010, segundo dados do Censo Populacional (IBGE, 2010), o número de jovens com até 24 anos residindo no meio rural brasileiro reduziu 46,8% entre as jovens mulheres e 49,4% entre os jovens homens. Consequentemente, houve um acréscimo no número de idosos no meio rural brasileiro, contabilizando um aumento de pessoas acima de 60 anos equivalente a mais de 51,9%. (MAIA, 2014, p. 350).

Conforme Spannevello *et.al.* (2017), o aumento da população idosa no Brasil é um fenômeno social que tem atravessado a sociedade de forma geral, tanto nos espaços urbanos quanto rurais, pois impacta diretamente os serviços públicos de saúde, bem como os encargos com a aposentadoria. Apesar disso, o envelhecimento no meio rural perpassa desafios que vão além das questões de saúde ou mesmo da aposentadoria pois, ainda que o recurso da aposentadoria rural seja garantido e fundamental para manutenção da seguridade das pessoas idosas no campo, da mesma forma que o suporte de políticas públicas de saúde, educação e até crédito rural, eles não são suficientes para garantir qualidade de vida.

Partindo desta perspectiva, pensar a população idosa que permanece no campo nos mobiliza para refletir sobre o quanto o envelhecimento tornou-se uma questão social

relevante, que se liga, não apenas a garantia de direitos, mas também ao possível sentimento de solidão e de isolamento para quem a vive. Haja vista que as novas gerações, em decorrência dos mais diversos discursos midiáticos/capitalistas, percebem as cidades como espaços de vida mais promissores, o que contribui ainda mais para o envelhecimento da população rural, que permanecem nos espaços que já existiam. (SPANEVERELLO; *et.al.*, 2017, p. 547).

A perspectiva de novas formas de vida no meio urbano também foi responsável pela diminuição da agricultura do tipo familiar, que historicamente se reproduzia socialmente por meio de três processos: o primeiro caracterizado pela sucessão, quando os pais passavam seus negócios para os filhos ou sucessores; o segundo pela herança, quando os filhos ou sucessores tinham acesso ao patrimônio e o último é constituído pela retirada da aposentadoria dos pais. (MAIA, 2014, p. 363).

Essas três formas de sucessão, por diversas vezes, podiam se correlacionar e, assim, houve a manutenção das formas de agricultura familiar durante décadas, o que também fazia com que os filhos permanecessem no lugar dos seus pais, assumindo as atividades e a coordenação de suas propriedades rurais. Esse processo constituiu a principal estratégia de reprodução social da agricultura familiar e também podia, em diversos momentos, representar uma forma de lutar contra as situações de abandono, pois além de herdar o negócio de seus pais, também seria responsabilidade dos filhos cuidar de seus genitores na velhice. (SPANEVERELLO *et.al.*, 2017, p. 345).

Se os filhos, que anteriormente assumiam os cuidados de seus pais, não mais residem nos espaços rurais, tampouco apresentam o mesmo interesse por herdarem sua propriedade e se manterem no mesmo negócio. Perante isso, o Estado nada fez para suprir essa falta, tendo criado apenas algumas políticas públicas que viessem minimamente a suprir algumas situações de vulnerabilidade, como a aposentadoria rural; logo, a população idosa, que reside no campo, está constantemente lutando contra situações de pobreza extrema, associada à falta de acesso a benefícios de saúde, o que de certa maneira denuncia de forma explícita o completo abandono e violação de direitos (SPANEVERELLO *et.al.*, 2017, p. 349). Assim sendo:

Além do dilema do que fazer com a propriedade, os pais apresentam outra preocupação: o amparo na velhice. Nas gerações passadas os filhos que assumiam a função de sucessores recebiam também a tarefa de cuidar dos pais. Este cuidado é definido como o amparo econômico e médico devido ao avanço da idade e da impossibilidade de executar as tarefas produtivas da propriedade. Como recompensa pelo dispêndio de tempo e recurso financeiro que o sucessor teria com os pais ao final de suas vidas, era dada a ele como herança a propriedade. Em casos de

propriedades sem sucessão, os pais precisam pensar como encaminhar a sua velhice, especialmente por quem serão amparados. (SPANEVERELLO *et.al.*, 2017, p. 352.).

Ao nos referirmos à questão acima podemos observar que os idosos vivem um dilema, por não possuírem mais a certeza do cuidado pelos seus filhos, pois esses sucessores não estão mais no campo, “[...] a velhice caracteriza-se pela mudança de papéis e pela perda de alguns deles, tais como a perda do status profissional, mudança nas relações familiares e nas redes sociais”. (FIGUEIREDO, 2007, p. 02.).

Passam a vivenciar um processo de enfraquecimento ou de ruptura dos vínculos que existe entre indivíduo com a sociedade; entre estas questões se encontra a perda da proteção e do reconhecimento social. O idoso passa a enfrentar muitas dessas perdas. É um desafio que requer um esforço de adaptação a essas novas condições de vida e também a manutenção da qualidade de vida desejada.

Por muito tempo a vinda do campo para a cidade esteve associada a processos que nem sempre estava diretamente ligado a escolha do trabalhador, pois acontecia em grande escala a substituição da mão de obra pela utilização de tecnologia na agricultura, nos dias atuais.

De acordo com Spanevello *et. al* (2017, p. 355), em uma pesquisa feita com filhos de agricultores, os principais motivos apontados por eles para não desejarem exercer o mesmo ofício que seus pais foram, entre outras coisas, a desvalorização da atividade, a falta de renda satisfatória, as condições de trabalho sub humanas, a descapitalização das propriedades e a falta de dinheiro para compra de mais terras. Há muitas determinações, sociais, econômicas e políticas para esse fato; dentre estas ainda destacamos a falta de projetos que incentivem os jovens a continuarem no campo e a dificuldade de encontrar práticas de lazer, além da distância dos centros de ensino, como universidades e escolas técnicas profissionalizantes, o que faz com que os que precisam ou desejem dar continuidade a seus estudos acabem tendo que se deslocar, muitas vezes de forma permanente, para as cidades.

Aqueles idosos que cresceram e viveram a maior parte de sua vida em espaços rurais, restam apenas duas alternativas, a de continuar no campo, mesmo que isso signifique maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde, transporte e mesmo lazer ou irem também em direção aos centros urbanos, em busca de melhores condições de vida ou, em algumas situações, apenas a possibilidade de acompanhar os filhos que foram em busca de estudos ou novas oportunidades de trabalho. (SPANEVERELLO *et. al.*, 2017, p. 359).

Quando acontece esse movimento de migração rural por parte de idosos, se criam novas complicações, associadas às dificuldades de adaptação que a eles se apresentam. Além

de que suas terras, que na maioria não ultrapassam 50 hectares, acabam sendo vendidos a grandes potências do agronegócio, o que contribui para o monopólio e para a acumulação de capital. (MORAIS, RODRIGUES E GERHARDT, 2008).

Sendo assim, não é apenas a crise da agricultura familiar a única fonte motivadora do processo migratório; mas, ao longo da pesquisa, destacaremos as mais variadas e possíveis modalidades participantes desse processo a fim de analisar a complexidade dessa realidade dos jovens do assentamento Paulo Freire II.

## 4 UMA PESQUISA DE CAMPO: ASSENTAMENTO PAULO FREIRE II

### 4.1 Reconhecendo o território

Este estudo se deu a partir da pesquisa de campo, da aproximação e participação em um projeto de extensão intitulado “Assessoria em Serviço Social aos movimentos sociais: contribuições para a participação da sociedade nas transformações societárias”. Essa atividade foi realizada em conjunto com os professores e estudantes com ações extensionistas em assentamentos da reforma agrária, que são provenientes de acampamentos do MST.

A aplicação da pesquisa se deu no assentamento Paulo Freire II, que teve sua formação a partir da luta do MST no estado do Tocantins, junto às famílias que residiam nesse acampamento, montado à margem direita da Rodovia Belém Brasília, BR-153, sentido Sul a Norte, município de Rio dos Bois - TO.

O estudo de Barbosa (2016, p. 106) sobre o histórico dos assentamentos assim os descrevem:

O assentamento foi implantado numa área de 4.638 hectares, agrupando assim três imóveis rurais que eram a fazenda Toca do Boi, a fazenda São Sebastião e a fazenda Sombra da Mata. Na área que pertencia à fazenda Toca do Boi e a fazenda São Sebastião, destinadas para o assentamento de 107 famílias. Já a área que pertencia à fazenda Sombra da Mata, foram destinadas para o assentamento de 45 famílias. Para o INCRA, os três imóveis rurais constituíram-se numa só área, dividida em 152 parcelas/lotes que varia em média 22 hectares cada parcela/lote, onde foram assentadas 152 famílias. (BARBOSA, 2016, p. 106).

A primeira ocupação ocorreu entre os anos de 1999 a 2000 com a vinda de muitas famílias provenientes dos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Goiás, mas a maioria era do Tocantins. Essas famílias residiam tanto na área urbana quanto rural e passaram definitivamente à condição de assentadas a partir de 2002.

Os dados da SEAGRO de 2015 sobre o estado do Tocantins revelam que existem 540 assentamentos da reforma agrária; neles moram 42 mil famílias responsáveis pela produção de alimentos como farinha, arroz, leite, frutas, carnes (frango, suíno e bovino) e esses cultivos são importantes para a produção de alimentos no estado. Esses trabalhadores e trabalhadoras precisam ter condições de acesso à educação, à saúde e à assistência social a fim de fortalecer seu pleno desenvolvimento.

Conforme dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica - 2012, no Tocantins a zona rural tem 386.809 crianças e adolescentes em idade escolar e a taxa de analfabetismo é 13,01% de pessoas com 15 anos de idade ou mais. Esses dados também demonstram o quanto

é necessário os investimentos em educação para a população do meio rural. (UFT, PPC/Serviço Social/Pronera, 2018, p. 24-25):

É no campo que as desigualdades sociais se acirram, com uma vasta concentração de renda da terra para os latifundiários e um grande contingente de população pobre, conforme dados do IBGE (2010) da população brasileira que reside em áreas rurais, entre as pessoas em extrema pobreza elas representam quase a metade (46,7%).  
(*ibidem*)

O assentamento Paulo Freire II, em suas particularidades, revela um processo migratório da juventude para a cidade. Destaca-se também pela falta do acesso à educação, um dos fatores que pode incidir na evasão da população jovem do referido assentamento. A política educacional acessada pela comunidade conta apenas com uma escola pequena com apenas duas salas de aula, com uma das salas dividida ao meio que atende somente crianças na educação infantil e ensino fundamental, em caráter multiseriada. Cabe à população de jovens que não usufrui deslocar-se para Rio dos Bois - TO em uma longa jornada diária de 21 km a fim de acessar um direito à educação.

Em Hartwing (2012, p. 2) vemos que o ápice da migração ocorreu na década de 1980 cujo população jovem, em especial as mulheres, são os que mais deixam o meio rural, ocasionando na predominância da população masculina no meio rural. Os dados obtidos no levantamento reafirmam essa tendência.

Para alcançar os objetivos na pesquisa realizada foi necessária a entrada no assentamento, em conjunto com a equipe de professores, estudantes e técnicos. Isso se deu mediante formação prévia, com diálogos e vivências a respeito dos assentamentos. Esses procedimentos preparatórios para ida aos assentamentos pressupuseram um diálogo sobre a realidade, o histórico do assentamento e suas características econômicas, sociais e culturais. Isso inclui os costumes e aspectos específicos da sociabilidade, da vida cotidiana e tende a ganhar autonomia em relação a uma concepção de mundo impregnada de fantasia e de significações cujo deciframento depende de um código próprio [...]. (MARTINS, 2008, p. 63).

O acesso às informações do assentamento, os mapas e o histórico foi possível mediante estudo acadêmico realizado pela pós-graduação em geografia da UFT (campus de Porto Nacional), que agora se materializa na extensão da pesquisa-intervenção e a interdisciplinaridade.

Inicialmente o reconhecimento geográfico, de território e da dinâmica local foi realizada com a ida ao assentamento Paulo II, em uma manhã de sábado ensolarado, com os mapas em mãos e os contatos já previamente estabelecidos com as lideranças locais. O

município de Rio dos Bois está a 130 km de Palmas e a 45 km de Miracema, onde fica o *campus* da UFT. O assentamento Paulo Freire II está há 21 km de Rio dos Bois.

Nesse primeiro encontro com as lideranças locais se deu com um morador, o Piauí, na borracharia na rodovia BR 153, que nos acompanhou até o local do assentamento, considerado o maior do estado, Paulo Freire II. Fomos também buscar o apoio dos moradores para nossa pesquisa, pois para chegar ao local por estrada de terra o acesso é difícil e não há sinalização. Esse assentamento está na margem esquerda do Rio dos Bois que desemboca no rio Tocantins e também é atravessado pela ferrovia Norte/Sul.

Foto 1: Maria Helena Cariaga



Fonte: Fotografia retirada pelo autor

No território fomos recebidos e acolhidos por vários moradores do assentamento, visitamos e ouvimos cerca de quatro pessoas que moram na agrovila e nas parcelas. Visitamos

o local onde passa a ferrovia, a ponte que unia os assentamentos Paulo Freire I e II, que desabou, com alguns dos pilares de concreto sobreviventes; o restante a água levou. A outra ponte de madeira que também faz a ligação com outros municípios está em condições precárias.

Foto 2: Maria Helena Cariaga



Fonte: Fotografia retirada pelo autor

#### **4.2 O movimento da pesquisa para a realidade**

Foi na direção de elaboração de conhecimento da realidade que iniciamos o processo para a pesquisa de campo, com a equipe composta de estudantes e pesquisadores se reunindo no campus de Miracema - UFT.

O caminho metodológico partiu primeiramente de uma chamada pública aos estudantes para participarem da reunião e da oficina de capacitação da vivência em pesquisa. Na oficina de capacitação foram esclarecidos os temas importantes que envolvem a pesquisa, as normas de convivência e as nossas atitudes no assentamento Paulo Freire II; tratou-se também as várias questões e adversidades que encontraríamos na aplicação da pesquisa.

No mesmo encontro foi debatido e esclarecido cada pergunta, cada dúvida sobre o instrumental a ser usado, discutido o que seria necessário acrescentar ou retirar. Todas as atividades realizadas foram orientadas coletivamente pelas professoras do grupo de Pesquisa e Extensão, que são assistentes sociais de formação, com a ênfase no Código de Ética do/a Assistente Social e na Lei 8.662/93 que regulamenta o exercício profissional dos assistentes sociais.

Tiveram destaque os seguintes princípios: exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. Foi enfatizado também outro princípio: empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. (CFESS, 2004, p. 39).

Esses princípios foram as essências para a realização da pesquisa, pois abrangem as relações sociais, os costumes, as crenças, a vida familiar e seu modo de ser no cotidiano. Todas essas manifestações ficam em evidência e um olhar preconceituoso poderia causar insucesso na pesquisa.

No campo do assentamento Paulo Freire II, que teve a aplicação da pesquisa, o início foi por meio de entrevista com um membro da família de cada parcela de terra. A equipe foi dividida, cada dupla foi fazer visita nas casas da agrovila e também nas parcelas, pois nem todos os assentados moram nas casas da agrovila.

No assentamento Paulo Freire II a população residente no assentamento tem a seguinte composição: 59,4 % são homens, apenas 6,4% são jovens com idade entre 23 e 27 anos de idade, sendo 93,6 % pessoas com idade entre 30 e 89 anos.

Em suma, a descrição da população do assentamento Paulo freire II é formada por: adultos (96,4%), do sexo masculino (59,4%), de orientação sexual hétero (100%), casados (50,8%), naturais do estado do Tocantins (55,6%), autodeclarados pardos (34,9%), frequentes em instituições religiosas (89,1%) de predominância católica (56,1%), de escolaridade fundamental incompleto (36,5%), cujo (53,1 %) não possui benefício de transferência de renda. Dos 46% que recebem, 65,5% são contemplados pelo programa Bolsa família e 34,5% são contemplados pelo benefício de prestação continuada.

Sobre atividade empregatícia: (13,1%) empregado, (29,5%) faz bicos, (21,3%) desempregado, (26,2%) aposentado, (3,3%) recebe pensão, (11,5%) afastado por doença e (4,9%) exerce outras atividades. (61,9%) não tiveram vínculo no mercado de trabalho urbano, (20,6%) obtiveram vínculo formal e (17,5%) informal. (68,3%) não recebem aposentadoria

rural. Nesse cenário também encontramos as múltiplas formas do trabalho que estão presentes na agricultura familiar, caracterizados por “pluriatividade”. São interpretados como simples diversificação nas formas de trabalho ou como busca de “oportunidades”, que acabam por legitimar ideários que justificam a necessidade de superexploração do trabalho. Essa é uma face das dimensões urbano-rural que as torna indiferentes no trato das expressões da “questão social”, que caracterizam a formação social brasileira.

Ao observarmos o número considerável de desempregados reafirmamos o pensamento de Hartwing (2012) ao afirmar que os altos índices de desemprego abrangem todas as camadas sociais, afligindo a todos, seja população rural, seja a população urbana e esse é um problema social resultante das relações sociais capitalistas.

Os estudos de Iamamoto (2011) e Sant’Ana (2012) apontam alguns elementos para pensar a realidade do trabalhador na agroindústria canavieira, revelando os canaviais paulistas como espaço de ausência de cidadania. Os dados trazido por Sant’Ana (2012, p. 153) revelam que grande parte de trabalhadores provenientes do meio rural acessam a política de assistência social, principalmente entre os municípios considerados de “pequeno porte” que têm características eminentemente rurais, destacando que o conflito de classes é perpassado pelo modelo de desenvolvimento agrário existente no país.

Dos entrevistados (90,6%) exercem atividades produtivas na parcela de terra do assentamento; no entanto, moradores relatam que o solo possui poucos nutrientes dificultando a variação de produtos a serem cultivados. Sendo assim, a mandioca (89,7%) é o principal cultivo da região.

Sobre a criação de animais, o predomínio de aves cujo (98%) desenvolve e apenas 26% cria bovinos. A dificuldade de criação de bovinos se dá em razão da ausência de recursos e financiamentos, visto que as famílias não conseguem acessá-los há mais de cinco anos. No que tange ao crédito rural (71,9%) obtiveram, cujo (94,4%) foi contemplado pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). E (5,6%) não souberam responder em razão de terem tido acesso a um longo prazo e, atualmente, não têm acesso. No que diz respeito à renda familiar, (45,2%) tem renda abaixo de um salário mínimo e a renda per capita predominante está entre 250,00 e 500,00 reais (27,4%).

É válido salientar que (64%1) dos entrevistados responderam que não existem espaços de lazer, entretenimento e recreação para os moradores; todavia, observa-se que dos 35% que responderam que possui atividade recreativa refere-se à prática de futebol. Durante o processo de captação de informações, analisamos a quadra de esportes e constatamos a insuficiência de estrutura, fato esse que motivou pluralidade de solicitações de uma quadra de

esportes coberta; diante disso, entendemos a ausência de atividades de lazer e atrativos para os jovens do campo.

Ante do exposto, constatamos que as estratégias inseridas no processo produtivo integram mudanças não só no âmbito urbano, mas também na zona rural, alcançando as pequenas produções de famílias do campo.

Os conflitos entre o capital e o trabalho têm crescido nos últimos tempos, de maneira que a migração tem sido um fenômeno social cada vez mais recorrente na vida daqueles que vivem no campo. Conforme traz Albuquerque (2014), o processo migratório se estabelece a partir de questões macroeconômicas, onde o campesinato possui um ethos particular do qual suas formas de produção e reprodução das relações sociais se chocam com o as lógicas do capital.

Com processo de crescente concentração e centralização de capitais, acompanhado dos elevados índices de concentração fundiária verificados no país já não permitem a esses trabalhadores sobreviverem exclusivamente nem como produtores familiares pauperizados, nem como operários. (IAMAMOTO, 2012, p. 16).

No estudo apresentado em uma das perguntas estava relacionada a titulação da parcela de terra, se o assentado queria a titulação da terra, as respostas podemos dizer que houve uma unanimidade, que sim, os assentados querem a titulação da terra. Segundo um dos assentados, “a titulação seria boa, ter uma independência, assim facilitará a obtenção de créditos rurais, empréstimos e com isso resultaria em benefícios para melhorar suas condições de vida e de produtividade”. (2019, s/p).

Essas informações colhidas no local também indicaram que são poucos os moradores que vieram do acampamento da BR-153 e que participaram do movimento; ou seja, aquelas famílias que lutaram para que o assentamento fosse constituído. Segundo Piauí, que é morador desde o início, havia cerca de 70 pessoas no acampamento, conforme a sua fala. (2019, s/p).

Ocorre que, com a titulação da terra, o governo passa a não ter mais a responsabilidade de intervir no assentamento, transferindo essa responsabilidade para os proprietários da titulação, repassando diretamente para o município a necessidade de fazer as benfeitorias para o assentamento no intuito de atender os produtores locais. Já um dos assentados manifestou sua preocupação, tem outro posicionamento, que diz o seguinte,

Para outros, a “titulação da terra não seria boa, porque isso dificultará mais ainda o acesso aos créditos, o banco não financiará para apenas uma parcela de terra, que é pequena

e custear as despesas com técnicos agrícolas e diz que o correto seria a união do assentamento em um objetivo e juntos buscar as melhorias”. (PIAUI, 2019, s/p).

No entanto, foram assentadas no Paulo Freire II, 107 e no I apenas 31 famílias. Atualmente são muitos moradores novos, estão apenas há cinco anos, compraram daqueles que venderam as melhorias feitas nas parcelas da terra. Muitas famílias foram embora porque não havia escolas para seus filhos.

Em função do tempo de existência do assentamento, as políticas públicas não chegaram ainda até os moradores, as estradas de acesso são de terra. Reclamam da falta das demais políticas tais como, uma unidade básica de saúde, um CRAS para o atendimento da assistência social, um espaço de lazer, segurança pública e a questão sanitária também é precária. Sobre o lazer encontramos na agrovila apenas o campo de futebol e um bar.

Sobre a questão da produção agrícola, as informações que tivemos é que já houve plantação de abacaxi, o milho não dá muito, a terra é fraca, necessita de calcário e atualmente tem muita plantação de mandioca; a intenção é vender por tonelada, ou seja, em grande quantidade. É preciso considerar também o tipo de solo e a falta de água em algumas parcelas, o que dificulta o desenvolvimento da plantação, de criação de animais, pois uma terra sem água não tem vida. Segundo os moradores, na 4ª feira e no domingo os produtos colhidos são levados para venda na feira de Rio dos Bois.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo socioeconômico e do levantamento de dados realizados no assentamento Paulo Freire II em Rio dos Bois - TO, com a aplicação da pesquisa de campo, entendemos que as transformações societárias operadas na sociedade incidem diretamente dentro da comunidade evidenciam que o campo está envelhecendo, os jovens estão em busca de melhorias de vida e saem cada vez mais cedo para realizar trabalhos e de estudos.

A falta de incentivo para a permanência do jovem no campo é presente, observamos que faltam políticas públicas e incentivo o que ocasiona um processo de envelhecimento no campo. Esse fenômeno caracteriza-se por uma série de privações sociais e estruturais que afetam as condições de vida da população e está relacionada a diversos setores de políticas públicas.

Frente a atual conjuntura política de corte de gastos públicos, retirada dos direitos conquistados e da diminuição do Estado, torna-se um desafio para esses assentados a luta por melhorias e a efetivação de políticas públicas.

Consideramos que é necessário o enfrentamento da pobreza no campo que, por sua vez, implica no chamamento de diversos setores governamentais, de maneira que proporcionem às famílias que vivem no campo a permanência no meio rural com dignidade. Para isso, o acesso à educação, saúde, estímulo de renda, lazer, saneamento básico, infraestrutura, crédito agrícola e estímulos aos jovens é fundamental. Nesse sentido, o exercício do poder executivo no desenvolvimento de políticas públicas que abarquem as necessidades dos assentados do Paulo Freire II é indispensável.

É importante destacar que este trabalho atingiu os objetivos propostos a partir das leituras realizadas, que possibilitaram a reflexão sobre as causas que impulsionam a migração de jovens do assentamento Paulo Freire II para a cidade e também o de compreender e analisar a relação do fluxo migratório de jovens e a intensificação do processo de envelhecimento dos/as moradores do assentamento Paulo Freire II em Rio dos Bois - TO. Foi nessa direção que identificamos como a juventude do assentamento Paulo Freire II acessa as políticas públicas do município e os desafios nesse percurso, como a distância do município de Rio dos Bois, a falta de transporte coletivo e de lazer para os moradores.

Conclui-se pelas observações e também pela coleta realizada na pesquisa que o referido assentamento se encontra esquecido pelo poder público, com mínimas interferências de políticas públicas, como a assistência social, saúde, educação, transporte, habitação,

saneamento básico, infraestrutura de lazer, o que ressalta as diversas expressões e manifestações da questão social por todo assentamento.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ALBUQUERQUE, C. F. "**Migração camponesa:** dominação e resistência ao capital." Revista de Políticas Públicas (2014).

BALTAR, P. E. de A. Evolução demográfica, emprego e demandas sociais urbanas no Brasil. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**. Olinda, ABEPE, 1988. v. 1, p. 67-103.

BARBOSA, M. V. (2016) **Reforma agrária no Tocantins:** uma análise da luta e conquista da terra a partir do assentamento Paulo Freire I e II, Rio dos Bois – Tocantins. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional. Tocantins. Recuperado de <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/333>.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

DE MERA CMP, Netto CGAM. **Envelhecimento dos produtores no meio rural na região do Alto Jacuí/ RS e conseqüente migração para cidade**. Estud Interdiscip Envelhec. 2014.

FERNANDES, Florestan. **Revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo. 2006.

LIMAS, R. de S. **Do sonho da terra ao pesadelo da dívida:** A territorialização da contrarreforma agrária de mercado no pontal do paranapanema. Faculdade de ciências e tecnologia - Campus de Presidente Prudente Programa de Pós-graduação em Geografia. Presidente Prudente. 2018.

HARTWIG, M. **Migração Campo Cidade:** trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores. 2014; 2015. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/seminarioscsa/article/download/1546/1466> > acesso em 14 de agosto de 2019.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e Indivíduo Social**. São Paulo, São Paulo: Cortez. 2011.

IANNI, O. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense. 2004.

MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. In: **BUAINAIN, A. M. et al.** (Org.). *O mundo rural no Brasil século 21*. 1. ed., Brasília: Embrapa, 2014. p. 1.081-1.099.

MARTINS, J. De S. Reforma agrária - o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARTINE, G. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. In: **ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais)**. *Censos consensos contra-sensos. Anais do III Seminário Metodológico dos Censos Demográficos*. Ouro Preto, ABEP/Fundação Ford. 1984.

MARRO, K. I. Serviço Social e Movimentos Sociais: reflexões sobre experiências de extensão universitária. **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 11, n. 22, jul./dez., 2011, Brasília (DF), pp. 317-340.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Social movements and the experience of market-led agrarian reform in Brazil. In: **Third World Quarterly**, v. 28, n. 8, Londres, 2007.

MORAIS, E. P. de; RODRIGUES, R. A. P.; GERHARDT, T.E. Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 374-383, June 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010407072008000200021&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072008000200021&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 06 Mar. 2021.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira**. São Paulo: Cortez. 2012.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estud. av.**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, Dec. 1989. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 06 Mar. 2021.

PEREGRINO, Mônica; PINHEIRO, Diógenes; SOUZA, Luiz Carlos de. Engajamento, educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil. In **Rev. Cien. Soc.**, Montevideo, v.

31, n. 42, p. 127-150, jun. 2018 . Disponível em  
<[http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0797-55382018000100127&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0797-55382018000100127&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 07 mar 2021.

PORTELA, F. & FERNANDES, B. M. **Reforma Agrária**. São Paulo: Editora Ática. 1998.

PRADO JR., C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense. 1978.

RAMOS, Eraldo da Silva. **Questão agrária brasileira atual: territorialização e territorialidade da primeira década da reforma agrária de mercado**. Aracaju, 2008 (prelo).

RIBEIRO, E. ; MACEDO, S. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. *In Rev. Cien. Soc.*, Montevideo , v. 31, n. 42, p. 107-126, jun. 2018 . Disponível em <[http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0797-55382018000100107&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0797-55382018000100107&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 07 mar 2021.

ROGRIGUES, Ana Clara S.; CARVALHO, Gessica L. de.; PAZ, Jakellyne M. da.; NEVES, Leticia N. das.; SANTOS, Paula S. Ribeiro dos. Reforma agrária no estado do Tocantins, embasamento histórico e atual na microrregião. *In Ciência Agrícola*, Rio Largo, v. 15, número suplementar, p. 19-22, 2017.

SANT'ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social**. São Paulo: Cortez. 2012.

SANTOS, A. R. **Ocupar, resistir e produzir, também na educação! O MST e a Burocracia Estatal: negação e consenso**. Jundiaí/SP: Paco Editorial. 2013.

SOUZA, C. L.S. de. Questão agrária, migração temporária e superexploração: uma síntese a partir do Vale do Jequitinhonha. *In Rev. katálysis*, Florianópolis , v. 21, n. 3, p. 611-620, dez. 2018 . Disponível em  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802018000300611&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802018000300611&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 06 mar. 2021.

SOUZA, C. de; PAIVA, I. L. de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. *In Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 17, n. 3, p. 353-360, Dec. 2012. Disponível em  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2012000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 07 Mar. 2021.

SAUER, S. “.Reforma agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida. *In Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2010: p. 98-126.

SPOSITO, M. P.; SOUZA, R.; SILVA, F. A. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. *In Educ. Pesq.*, São Paulo, v. 44, e170308, 2018. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022018000100430&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100430&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 07 Mar. 2021.

SPANVELLO, R. M. *et al.* A Problemática do Envelhecimento no Meio Rural sob a Ótica dos Agricultores Familiares sem Sucessores. *In Desenvolvimento em Questão*, v. 15, n. 40, p. 348-372, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social Turma Especial Pronera.**

VILA, M. A. **Canudos o Povo da Terra.** 3ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999, p. 278.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. *In Revista Brasileira de Educação* v. 21 n. 64. 2016. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216404>>. Acesso em 07 Mar. 2021.

**ANEXO - ESTUDO SOCIOECONÔMICO**

## ANEXO - ESTUDO SOCIOECONÔMICO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Projeto de Extensão:

Assessoria em Serviço Social aos movimentos sociais:  
contribuições para a participação da sociedade nas transformações societárias.



**Questionário para estudo socioeconômico**

PESQUISADOR: \_\_\_\_\_

Nº do lote: \_\_\_\_\_

<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td><b>1. IDENTIFICAÇÃO</b></td> </tr> <tr> <td>Nome: _____</td> </tr> <tr> <td>Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____</td> </tr> <tr> <td>Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino</td> </tr> <tr> <td>Orientação Sexual: ( ) Heterossexual ( ) Outros: _____ ( ) Prefiro não responder</td> </tr> <tr> <td>Naturalidade: _____ Estado: _____</td> </tr> <tr> <td>Endereço: _____</td> </tr> <tr> <td>E-mail: _____</td> </tr> <tr> <td>Número do lote: _____</td> </tr> </table> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td><b>2. ESCOLARIDADE</b></td> </tr> <tr> <td>Ensino Fundamental I: ( ) Completo ( ) Incompleto</td> </tr> <tr> <td>Ensino Fundamental II: ( ) Completo ( ) Incompleto</td> </tr> <tr> <td>Ensino Médio: ( ) Completo ( ) Incompleto</td> </tr> <tr> <td>Ensino Médio/Técnico: _____</td> </tr> <tr> <td>Ensino Superior: ( ) Completo ( ) Incompleto</td> </tr> <tr> <td>Qual? _____</td> </tr> <tr> <td>Sem escolaridade ( )</td> </tr> </table> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td><b>3. CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS</b></td> </tr> <tr> <td>3.1 Possui algum benefício de transferência de renda: ( ) Sim ( ) Não</td> </tr> <tr> <td>3.1.1 Se sim, quais? (Por exemplo: BPC, Bolsa Família) _____</td> </tr> <tr> <td>3.2 Teve acesso a crédito rural: ( ) SIM ( ) NÃO</td> </tr> <tr> <td>3.2.1 Se sim, quais? _____</td> </tr> </table>	<b>1. IDENTIFICAÇÃO</b>	Nome: _____	Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____	Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino	Orientação Sexual: ( ) Heterossexual ( ) Outros: _____ ( ) Prefiro não responder	Naturalidade: _____ Estado: _____	Endereço: _____	E-mail: _____	Número do lote: _____	<b>2. ESCOLARIDADE</b>	Ensino Fundamental I: ( ) Completo ( ) Incompleto	Ensino Fundamental II: ( ) Completo ( ) Incompleto	Ensino Médio: ( ) Completo ( ) Incompleto	Ensino Médio/Técnico: _____	Ensino Superior: ( ) Completo ( ) Incompleto	Qual? _____	Sem escolaridade ( )	<b>3. CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS</b>	3.1 Possui algum benefício de transferência de renda: ( ) Sim ( ) Não	3.1.1 Se sim, quais? (Por exemplo: BPC, Bolsa Família) _____	3.2 Teve acesso a crédito rural: ( ) SIM ( ) NÃO	3.2.1 Se sim, quais? _____	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td><b>1.1 RAÇA/COR/ETNIA</b></td> </tr> <tr> <td>Como você declara? (ex: Branca, Indígena, Parda e Negra) _____</td> </tr> <tr> <td><b>1.2 RELIGIÃO</b></td> </tr> <tr> <td>Possui ou frequenta alguma instituição religiosa? ( ) Sim ( ) Não</td> </tr> <tr> <td>Se sim, Qual? _____</td> </tr> </table> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td><b>1.3 ESTADO CIVIL</b></td> </tr> <tr> <td>( ) Solteiro/a ( ) Casado/a ( ) Vive juntos ( ) Divorciado/a ( ) Viúvo/a</td> </tr> <tr> <td>( ) Outros: _____</td> </tr> </table> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td><b>3.3 TRABALHO</b></td> </tr> <tr> <td><b>Atualmente está?</b></td> </tr> <tr> <td>( ) Empregado/a. Local: _____</td> </tr> <tr> <td>Cargo/Função: _____</td> </tr> <tr> <td>Salário aproximado: _____</td> </tr> <tr> <td>( ) Faz "bicos"?</td> </tr> <tr> <td>Qual (is)? _____</td> </tr> <tr> <td>Renda mensal R\$: _____</td> </tr> <tr> <td>( ) Desempregado/a.</td> </tr> <tr> <td>Desde quando? _____</td> </tr> <tr> <td>Cargo que exercia: _____</td> </tr> </table>	<b>1.1 RAÇA/COR/ETNIA</b>	Como você declara? (ex: Branca, Indígena, Parda e Negra) _____	<b>1.2 RELIGIÃO</b>	Possui ou frequenta alguma instituição religiosa? ( ) Sim ( ) Não	Se sim, Qual? _____	<b>1.3 ESTADO CIVIL</b>	( ) Solteiro/a ( ) Casado/a ( ) Vive juntos ( ) Divorciado/a ( ) Viúvo/a	( ) Outros: _____	<b>3.3 TRABALHO</b>	<b>Atualmente está?</b>	( ) Empregado/a. Local: _____	Cargo/Função: _____	Salário aproximado: _____	( ) Faz "bicos"?	Qual (is)? _____	Renda mensal R\$: _____	( ) Desempregado/a.	Desde quando? _____	Cargo que exercia: _____
<b>1. IDENTIFICAÇÃO</b>																																										
Nome: _____																																										
Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____																																										
Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino																																										
Orientação Sexual: ( ) Heterossexual ( ) Outros: _____ ( ) Prefiro não responder																																										
Naturalidade: _____ Estado: _____																																										
Endereço: _____																																										
E-mail: _____																																										
Número do lote: _____																																										
<b>2. ESCOLARIDADE</b>																																										
Ensino Fundamental I: ( ) Completo ( ) Incompleto																																										
Ensino Fundamental II: ( ) Completo ( ) Incompleto																																										
Ensino Médio: ( ) Completo ( ) Incompleto																																										
Ensino Médio/Técnico: _____																																										
Ensino Superior: ( ) Completo ( ) Incompleto																																										
Qual? _____																																										
Sem escolaridade ( )																																										
<b>3. CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS</b>																																										
3.1 Possui algum benefício de transferência de renda: ( ) Sim ( ) Não																																										
3.1.1 Se sim, quais? (Por exemplo: BPC, Bolsa Família) _____																																										
3.2 Teve acesso a crédito rural: ( ) SIM ( ) NÃO																																										
3.2.1 Se sim, quais? _____																																										
<b>1.1 RAÇA/COR/ETNIA</b>																																										
Como você declara? (ex: Branca, Indígena, Parda e Negra) _____																																										
<b>1.2 RELIGIÃO</b>																																										
Possui ou frequenta alguma instituição religiosa? ( ) Sim ( ) Não																																										
Se sim, Qual? _____																																										
<b>1.3 ESTADO CIVIL</b>																																										
( ) Solteiro/a ( ) Casado/a ( ) Vive juntos ( ) Divorciado/a ( ) Viúvo/a																																										
( ) Outros: _____																																										
<b>3.3 TRABALHO</b>																																										
<b>Atualmente está?</b>																																										
( ) Empregado/a. Local: _____																																										
Cargo/Função: _____																																										
Salário aproximado: _____																																										
( ) Faz "bicos"?																																										
Qual (is)? _____																																										
Renda mensal R\$: _____																																										
( ) Desempregado/a.																																										
Desde quando? _____																																										
Cargo que exercia: _____																																										



--

<b>4.2 Como se desloca até a cidade?</b>
( ) Carro próprio ( ) Motocicleta própria ( ) Carona ( ) Ônibus ( ) Bicicleta ( ) A pé ( ) Outra situação: _____
<b>4.2.1 Com qual frequência necessita se deslocar para cidade?</b>
( ) Todo dia ( ) 3 x por semana ( ) Dias Úteis ( ) 1 x por Semana ( ) Quinzenal ( ) Mensal
Para que? _____
<b>4.2.2 Valor gasto em transporte para deslocamento até a cidade (ida de volta):</b>
Valor diário R\$: _____ Valor mensal R\$: _____

5. COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR	
<b>5.1 CÔNJUGE OU COMPANHEIRO/A:</b>	
Sexo: _____ Idade: _____	Escolaridade: _____ Profissão: _____
Possui emprego formal: ( ) SIM ( ) NÃO Renda mensal R\$: _____	
Em caso afirmativo, qual atividade/função exerce: _____	
Trabalho informal (bicos): ( ) SIM ( ) NÃO	
Em caso afirmativo, qual tipo de atividade exerce: _____	
Renda mensal aproximada: _____	
( ) Aposentado/a. Cargo que exercia: _____ Remuneração R\$: _____	
( ) Pensionista. Pensão proveniente de: _____ Valor R\$: _____	
( ) Separado/a. Paga pensão R\$: _____ Recebe pensão R\$: _____	
( ) Recebendo auxílio doença. Valor do auxílio R\$: _____	
( ) Recebendo auxílio reclusão. Valor do auxílio R\$: _____	
( ) Seguro desemprego. Desde quando? _____	

**6. COMPOSIÇÃO FAMILIAR QUE VIVE NA MESMA RESIDÊNCIA**

Nome (Somente o 1º)	Parentesco	Idade	Profissão/ Função	Contribui com a renda?	Renda Mensal (R\$)	Escolaridade
				Sim ( ) Não ( )		

<b>6.1 Renda familiar</b>
Renda total R\$: _____
Renda per capita R\$: _____

<b>6.2 Identificação Civil</b>
Quantos NÃO possuem Certidão de Nascimento: _____ Idades: _____
Quantos NÃO possuem RG: _____ Idades: _____
Quantos NÃO possuem CPF: _____ Idades: _____
Quantos POSSUEM CNH: _____ Idades: _____

## 6.3 Despesas familiares mensais fixas

Despesas da família	Habituação	Energia	Água	Telefone	Alimentação	Saúde	Transporte	Consórcio/Financiamento	Gás
R\$									

## 7 Há pessoas com doenças ou deficiências no seu grupo familiar?

Nome	Grau de parentesco	Doença	Despesa mensal R\$

## 7.1 Para tratamento de saúde você e sua família utilizam:

( ) Sistema Único de Saúde-SUS ( ) Plano de Saúde. Qual? \_\_\_\_\_

( ) Tratamento particular, sem plano de saúde. ( ) Outro: \_\_\_\_\_

## 7.2 Quando alguém fica doente, recorrem a que? Qual hospital? Qual cidade? Qual o meio de transporte?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

<p><b>8 Política de Assistência Social e Previdência:</b> Tem alguém na casa que recebe o BPC (Benefício de Prestação Continuada)? ( ) Sim ( ) Não Se sim, quem? _____</p>	<p><b>8.1 Tem alguém na casa que é aposentado rural?</b> ( ) Sim ( ) Não Se sim, quem? _____</p>
<p><b>8.3 A família é cadastrada no CRAS? Sim ( ) Não ( )</b> Recebe atendimento do CRAS? ( ) Sim ( ) Não Para ser atendida pela política de assistência social onde recorre?</p>	<p><b>8.2 A família recebe o bolsa família?</b> ( ) Sim ( ) Não</p>

## 9. Na sua residência e/ou de sua família tem:

	Residência da família			
	Não tem	1	2	3
Aparelho de TV				
Automóvel Mod./ano				
Motocicleta Mod./ano				
Celular				
Bicicleta				
	Não tem	1	2	3
Rádio				
DVD				
Fogão à gás				
Fogão à lenha				
Forno de micro-ondas				
Geladeira				
Freezer				
Internet (em casa)				
Linha telefônica fixa				
Computador/Notebook				
Máquina de lavar roupa				
Tanquinho				
TV por assinatura				

10. CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DA MORADIA	
<b>10.1 Sua moradia atual</b> <input type="checkbox"/> Alvenaria (tijolo) <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/> Misto (Tijolo/Madeira/Palha)  <input type="checkbox"/> Pau-a-pique (barro)/Palha <input type="checkbox"/> Outros: _____	<b>10.3 Sua casa tem:</b> Água encanada <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Água de poço / Sistema <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Distribuição por caminhão pipa <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim qual periodicidade? _____ Energia Elétrica <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim, desde quando? _____
<b>10.2 Quantos cômodos?</b> Sala _____ Cozinha _____ Quarto _____ Banheiro _____ Se sim, descreva: _____	<b>10.4 Saneamento básico</b> Coleta de lixo <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Esgoto <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não <b>10.5 Iluminação Pública</b> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <b>10.6 Escola</b> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <b>10.7 Posto de Saúde</b> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

## 11. No assentamento existem espaços de lazer, entretenimento e recreação para os moradores?

Sim ( ) Não ( )

## 11.1 Caso sim, quais?

- Campo ou quadra de esportes  
 Parquinho (Brinquedos ao ar livre)  
 Espaço para realização de conversas, jogos, danças, cantoria? Qual? \_\_\_\_\_

## 11.1 Caso não, qual espaço você acha que seria importante ter para o lazer da comunidade?

\_\_\_\_\_

## 12. Entrevista aberta

## 12.1 Você mora na Agrovila? Sim ( ) Não ( )

12.1.1. Caso não more, por quê? \_\_\_\_\_

